



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRYSTYNE SILVA DE MATOS GOMES

**OS PROFESSORES HOMENS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO DE MATO
GROSSO (1937-1945): UMA ANÁLISE SOBRE AS MASCULINIDADES**

CUIABÁ- MT

2019

CRYSTYNE SILVA DE MATOS GOMES

**OS PROFESSORES HOMENS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO DE MATO
GROSSO (1937-1945): UMA ANÁLISE SOBRE AS MASCULINIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação na Linha de Pesquisa Cultura memória e Teorias em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá

CUIABÁ-MT

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586p Silva de Matos Gomes, Crystyne.
OS PROFESSORES HOMENS NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO
DE MATO GROSSO (1937-1945): UMA ANÁLISE SOBRE AS
MASCULINIDADES / Crystyne Silva de Matos Gomes. -- 2019
80 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Elizabeth Figueiredo de Sá.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Professores homens. 2. Masculinidades. 3. Mato Grosso. 4. História da
Educação. 5. Estado Novo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

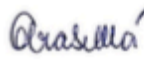

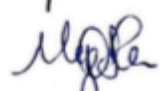
FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Os professores homens no magistério público primário de Mato Grosso - 1937-1945: uma análise das masculinidades"

AUTORA: Mestranda Crystyne Silva de Matos Gomes

Dissertação defendida e aprovada em 21 de março de 2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora	Doutora	Elizabeth Figueiredo de Sá	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinadora Interna	Doutora	Nileide Souza Dourado	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO		
Examinadora Externa	Doutora	Magda Carmelita Sarat Oliveira	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS/UFGD		
Examinador Suplente	Doutor	Edson Caetano	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		

CUIABÁ, 21/03/2019.

A minha querida mãe, Rosa Leodora. (in memoriam)

AGRADIMENTOS

Agradeço primeiramente aos três homens da minha família, meu pai Natanael, meu irmão Chrystian e meu companheiro Omar Ibrahim por dividirem comigo todos os momentos dessa caminhada sempre me incentivando, tudo seria muito diferente sem vocês. Vocês são homens incríveis, pai sempre demonstrou em pequenos gestos uma masculinidade ligada ao cuidado, criando e cuidando de mim e do Chrystian em especial depois que mamãe faleceu, não faz o papel de mãe mais me mostra todos os dias que um pai- homem vai muito além do sustento de uma casa. Chrys irmão querido, durante toda minha infância e idade adulto jovem você sempre esteve comigo, poucas pessoas são agraciadas com um irmão parceiro como você, agradeço muito pelas horas de conversas e descontração foram fundamentais nessa jornada da pós-graduação, meu irmão um homem sensível capaz de sentir e expressar suas emoções em especial pelas músicas, obrigada por todas os áudios com composições enviados para mim, alguns me trouxeram minutos de calma. E por fim meu esposo Omar Ibrahim agradeço por estar construindo comigo uma vida e por entender que o estudo e a busca pelo conhecimento são imprescindíveis na composição daquilo que sou como mulher e esposa, obrigada por ser o homem que caminha ao meu lado e não a minha frente.

À Professora Doutora Elizabeth Figueiredo de Sá, minha orientadora, por toda colaboração durante o ciclo meu acadêmico, inicialmente durante a minha iniciação científica, ainda na graduação e agora no mestrado. A senhora me deu a oportunidade de conhecer e fazer Ciência na Educação, o meu muito obrigada. Cada momento foi especial! Múltiplas oportunidades de aprender, que vivi com a maior intensidade que consegui.

Às Professoras Nileide Souza Dourado e Magda e Magda Carmelita Sarat Oliveira por terem aceito gentilmente fazer parte da banca examinadora dessa dissertação. Suas contribuições foram essenciais para essa pesquisa, o olhar do outro é sempre fundamental no nosso crescimento acadêmico, obrigada.

Às todas as meninas do GEM, Emilene , Luciana, Thalita, Giselle e Silvana Maria por compartilhar e construir com vocês a história do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM/UFMT), foi um aprendizado maravilhoso. Em especial agradeço a minha colega e amiga Silvana Maria da Silva, por me acompanhar e apoiar durante toda essa caminhada, que sabemos que não foi simples para nenhuma de nós, obrigada!

Aos meus colegas que cursaram comigo as aulas na pós-graduação do curso de Mestrado em Educação do PPGE-UFMT campus Cuiabá, vivenciar as aulas com vocês foi um oportunidade enriquecedora. Em especial agradeço a Dr. Jane Cassia Barbosa que ao me

apresentar a psicanálise, me ajudou a olhar minhas próprias profundezas para eu aprender a me conhecer, tornando o processo do mestrado mais sadio. Você é ser humano muito especial.

Á todos os docentes e funcionários do PPGE- UFMT campus Cuiabá. Obrigada pela atenção e profissionalismo. Nada seria possível sem o trabalho e dedicação de vocês em prol do ensino superior público de qualidade para nosso estado e país.

Á todos meus alunos e alunas que estiveram comigo durante toda essa jornada, ser professora de vocês, me incentiva todos os dias a continuar buscando novas formas de adquirir e produzir conhecimento. Agradeço a vocês, discentes da Escola Municipal de Educação Básica- Jesus Criança, modalidade EJA noturno, que mesmo cansados depois de um dia árduo de trabalho depositaram em mim a confiança para fazermos a educação pública acontecer, com vocês aprendi a importância do trabalho dos professores.

Ás minhas colegas de trabalho Professoras Jeane, Risoleide e Célia obrigada por me incentivarem e acolherem nos melhores e piores momentos desses anos.

Á todos os meus amigos, amigas e familiares por entenderem que minhas ausências e faltas durante esses anos, eram necessárias. Obrigada por continuarem comigo cada um de vocês são extremamente fundamentais para minha vida.

Á minha cunhada Thaís por me ouvir com tanto carinho.

Á CAPES por me conceder a bolsa auxílio e financiar meus estudos.

RESUMO

Durante o Estado Novo (1935-1947) a população brasileira foi imersa em mudanças no contexto político, social, econômico e cultural no Brasil. Homens e mulheres foram submetidos a traçar novas formas sociais para viver no país. Direcionadas pelo Estado Novo, uma política de unificação e centralização, autoritarista que teve como objetivo ampliar o controle do governo federal e limitar o máximo possível as influências das oligarquias regionais. O regime, passou a definir novos padrões de convivência e conduta, construindo no país uma nova representação do que era ser homem, o homem cidadão do Estado do Novo. No contexto educacional em Mato Grosso, existiam um grande número de escolas primárias e nelas docentes homens que dedicaram suas vidas ao exercício do magistério primário nessa região. Dentro desse contexto a pesquisa tem como objetivo geral. Compreender a profissão docente em Mato Grosso sob a luz do referencial teórico das Masculinidades. Além dos objetivos específicos: Contextualizar a Masculinidade Hegemônica do período; Entender as obrigações do professor no Magistério Público Primário em Mato Grosso; Identificar os homens que fizeram carreira no magistério primário público em Mato Grosso no período do Estado Novo e quais foram as Masculinidades Subalternas produzidas pelos professores homens primários. A relevância desta pesquisa se encontra nas contribuições para a história da educação brasileira e mato-grossense, a cerca do trabalho docente primário masculino uma vez que o tema tem sido pouco problematizado, entender como os homens exerciam o magistério primário e criavam nossas formas de masculinidades contribui para a abertura de nossos caminhos historiográficos sobre a docência e as representações de gênero. Dessa forma, o objeto desta pesquisa se fundamenta nas Masculinidades (CONNEL,1987) envolvidas nas ações e práticas de professores homens que atuaram nas escolas primárias públicas mato- grossenses durante o período do Estado Novo (1937-1945). Se fundamenta na perspectiva da História Cultural (CHARTIER, 1991) por considerar que a história é contada e reconstruída em diversas oportunidades culturais sejam elas na escrita de fatos cotidiano, nas produções artísticas e nas insurreições da memória. O itinerário metodológico utilizado se fundamenta na análise qualitativa de abordagem histórica, com base nas fontes documentais impressas e manuscritas, localizadas na Biblioteca Nacional (acervo digital), Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e nos acervos do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).Foi também utilizado o recurso da memória oral de alunos que vivenciaram o ensino junto aos professores que aturam no ensino primário público no período delimitado, publicada por outros pesquisadores. Os resultados parciais apontam que as ações e práticas sociais dos homens que se dedicaram ao magistério público primário criaram Masculinidades Subalternas a da Masculinidade Hegemônica construída pelo regime de Getúlio Vargas. Havia uma conduta esperada pelos homens durante todo o período ligada ao ganho salarial do trabalho, a chefia da família e a modernização do País. O trabalho no magistério primário desenvolvidos por homens, criaram várias novas formas de masculinidades identificadas como subalternas.

Palavras-chave: Professores homens. Masculinidades. Estado Novo. Mato Grosso.

ABSTRACT

During the Estado Novo (1935-1947) the Brazilian population was immersed in changes in the political, social, economic and cultural context in Brazil. Men and women were subjected to outlining new social ways to live in the country. Directed by the New State, a policy of unification and centralization, authoritarian that aimed to extend control of the federal government and limit as much as possible the influences of regional oligarchies. The regime began to define new patterns of coexistence and conduct, building in the country a new representation of what it was to be a man, a citizen of the Estado Novo. In the educational context in Mato Grosso, there were a large number of primary schools and in them teachers men who dedicated their lives to the exercise of primary teaching in that region. Within this context the research has as general objective, Understanding the teaching profession in Mato Grosso in the light of the theoretical reference of Masculinities. Besides the specific objectives: To contextualize the Hegemonic Masculinity of the period; Understand the teacher's obligations in the Primary Public Magisterium in Mato Grosso; Identify the men who made a career in the primary public teaching in Mato Grosso during the Estado Novo period and which were the Subaltern Masculinities produced by the primary male teachers. The relevance of this research is found in the contributions to the history of Brazilian and Mato Grosso education, about the primary male teaching work since the subject has been little problematized, to understand how the men exercised the primary teaching and created our forms of masculinities contributes to the opening of our historiographic paths on teaching and gender representations. In this way, the object of this research is based on Masculinities (CONNEL, 1987), involved in the actions and practices of male teachers who study in public primary schools in the State of Mato Grosso during the Estado Novo period (1937-1945). It is based on the perspective of Cultural History (CHARTIER, 1991) because it considers that history is told and reconstructed in diverse cultural opportunities, whether they are in the writing of daily facts, in the artistic productions and in the insurrections of memory. The methodological itinerary used is based on the qualitative analysis of the historical approach, based on printed and handwritten documentary sources, located in the National Library (digital archive), Public Archive of Mato Grosso (APMT) and in the collections of the Research Group History of Education and Memory GEM) of the Federal University of Mato Grosso (UFMT). It was also used the oral memory resource of students who experienced teaching together with teachers who practice teaching public primary in the delimited period, published by other researchers. The partial results point out that the actions and social practices of men who dedicated themselves to the primary public magisterium created Masculinidades Subalternas a Hegemonic Masculinity constructed by the regime of Getúlio Vargas. There was an expected behavior to be realities for men throughout the period linked to wage earning, family headship and the modernization of the Country. The work in primary teaching developed by men, created several new forms of masculinities identified as subaltern.

Keywords: Teachers men. Masculinities. New state. Mato Grosso

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mato Grosso.....	51
Mapa 2 - Presença de professores homens no Estado de Mato Grosso (1939).....	59

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Recibo salarial do Tesouro do Estado de Mato Grosso	67
Fotografia 2 - Requerimento sobre adicionais nos vencimentos do professor.....	68
Fotografia 3 - Pedido de aposentadoria do professor Miguel José da Silva	69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vieux guitarrista aveugle	14
Imagem 2 - Cartaz de comemoração do decênio de Getúlio Vargas	39
Imagem 3 - Cartilha para crianças de Getúlio Vargas	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População dos municípios de Mato Grosso – 1940	52
Quadro 2 - Modalidades escolares Conforme Regulamento (1927)	53
Quadro 3 - Demonstrativo do ensino primário no Estado de Mato Grosso 1938	54
Quadro 4 - Deveres dos professores primários Mato-grossenses Conforme o Regulamento da Instrução Público (1927).....	56
Quadro 5 - Corpo docente no Estado de Mato Grosso (1939).....	58
Quadro 6 - Presença de professores homens no Estado de Mato Grosso (1939).....	60

LISTA DE SIGLAS

APMT –	Arquivo Publico de Mato Grosso
CAPES –	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DIP –	Departamento de Imprensa e Propaganda
GEM –	Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE –	Instituto de Educação
PPGE –	Programa de Pós-graduação em Educação
UFGD –	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMT –	Universidade Federal de Mato Grosso

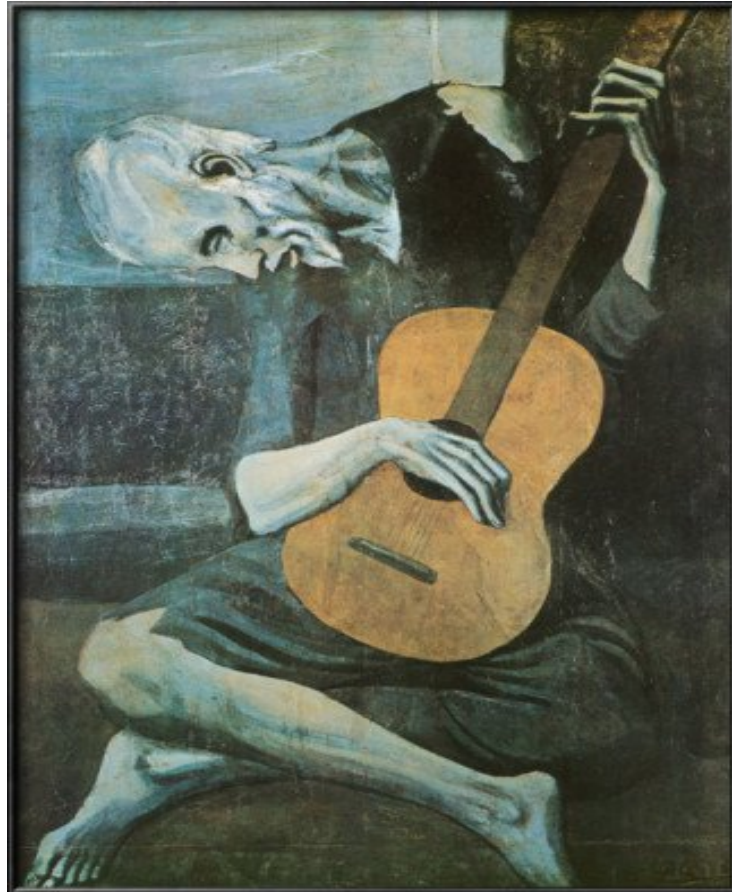
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	MASCULINIDADE: NASCIDA DOS DEBATES FEMINISTAS ENTRE A CRISE DAS MASCULINIDADES E A DOMINAÇÃO MASCULINA	15
2	SER HOMEM NO ESTADO NOVO	33
2.1	A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NO ESTADO NOVO: O URBANO, A FAMÍLIA E O TRABALHO.....	36
2.2	O HOMEM SELF-MADE E O HOMEM CIDADÃO DO ESTADO NOVO NO BRASIL	44
3	O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO MASCULINO	47
3.1	O ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO	47
3.2	O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E A PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS.....	54
4	OS PROFESSORES PRIMÁRIO HOMENS E SUAS PRÁTICAS MASCULIZANTES	62
4.1	AS PRODUÇÕES SIMULTÂNEAS DE MASCULINIDADES.....	62
4.2	AS PRODUÇÕES SUBALTERNAS PRODUÇÕES PELOS PROFESSORES HOMENS NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO PÚBLICO.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

Imagem 1 - Vieux guitarista aveugle



Fonte: Picasso (1903–1904).

Para Schopenhauer (2001), é pela Arte que acessamos o conhecimento verdadeiro e mais profundo da essência propriamente dita do mundo – à vontade – e é pela Arte que início. Em 1903 o pintor espanhol Pablo Picasso retratou um mendigo tocando violão e o intitulou de Vieux guitarista aveugle - . A obra nos apresenta um homem cego, solitário, cabisbaixo imerso em uma complexa rede de sensações. Uma figura masculina oposta ao que encontramos em propagandas e imagens criadas também no início 1900, que apresenta uma figura de homem forte-viril. Considerar que a figura masculina também esteve ligada a sentimentos e sensações de incerteza vem sendo negada, diante de um discurso crescente de

que homens e mulheres tenham nascido com características biológicas capazes de determinar seus pensamentos, emoções e capacidades.

Um dos principais desafios do movimento internacional de mulheres, pela igualdade de gênero, está justamente na superação social deste fato – do determinismo biológico – tanto mulheres como homens sofrem violência decorrente desse pensamento, que é expresso em diferentes formas: assédio moral e físico, espancamento, reprodução forçada, estupro, homicídios etc. (SAFFIOTI, 1994, p. 272) Segundo dados de relatórios de Violência de Gênero no Brasil, foram registrados pelo poder público o aumento de 166% de denúncias sobre a violação dos direitos humanos de homens e mulheres: — O machismo, o racismo, a lesbofobia, a bifobia e outras formas discriminatórias interagem diretamente entre si, produzindo e reproduzindo relações de poder que ditam qual o papel de homens e mulheres na sociedade. (RELATÓRIO, 2013) A taxa média de mortalidade masculina por violência na última década (1991 a 2000) foi de 119,6 por 100.000 habitantes em todo o país, sendo cinco vezes maior a taxa de mortalidade observada nos homens. Destaca-se que os homens são os maiores vítimas da violência.

É inegável a existência da violência de gênero em nosso país, essa pesquisa nasce da minha experiência como mulher, como feminista, como professora, pesquisadora do Grupo de Pesquisa de História da Educação e Memória (GEM), como apreciadora da literatura acadêmica e das produções dos movimentos sociais de mulheres. Refletir como a história é utilizada para legitimar o discurso de ódio e as ações violentas contra homens e mulheres que por diversos motivos não atendem as normas do discurso hegemônico, me motivaram a escrever.

Partindo do seguinte questionamento: Quais as Masculinidades produzidas pelos Professores homens primários que exerciam suas funções no magistério público em Mato Grosso durante o Estado Novo?

1.2 MASCULINIDADE: NASCIDA DOS DEBATES FEMINISTAS ENTRE A CRISE DAS MASCULINIDADES E A DOMINAÇÃO MASCULINA

Busco nessa parte da escrita de minha dissertação delimitar, através de três conjuntos de reflexões, qual conceito de gênero e Masculinidade(s) será utilizado na pesquisa. Os conjuntos de reflexões referem-se: 1) a uma colocação sobre as produções das cientistas feministas e os estudos de gênero; 2) a delimitação teórica conceitual dos estudos da(s)

Masculinidade(s) e 3) contribuições dos estudos das Masculinidades nas produções historiográficas brasileiras e o caminho metodológico escolhido para esta pesquisa.

Optamos por considerar na pesquisa a definição de Masculinidades existentes a partir da “configuração de prática em torno da posição do homem nas estruturas das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 142). Configurações de prática que são assumidas a partir de falas de ações reais e não do que se é imaginado, esperado ou estipulado. Diversas Masculinidades são construídas social e historicamente, sendo uma delas portadora do status de hegemonia e as demais periféricas, concorrentes ou afirmadoras dessa. (CONNELL, 1995, p. 13; KIMMEL, 1998, p. 108).

Entender o que significa pesquisar Masculinidades nos estudos de gênero, requer seguirmos o percurso dessa linha de pesquisa na história das teorias sociais. O conceito de gênero foi criado em um momento específico para estudarmos a diferença sexual. As contribuições do movimento feminista aos estudos de gênero, desenvolvidas no seio do pensamento feminista, foram consideradas uma inovação ao debater a problemática do dualismo masculino/feminino (PISCITELLI, 2001, p. 43) o autor Stuart Hall em (2005) cita o feminismo como um dos cinco avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos na segunda metade do século XX, afirma que o feminismo teve impacto não só como crítica teórica mais também como movimento social, questionando noções que eram tidas como universais trazendo a discussão de assuntos com a família, a sexualidade, o trabalho doméstico e outros.

Para a autora Matos (2001) ideal feminista agiu enquanto combustível produtor de ideias e práticas inovadoras, com a finalidade de questionarmos a estrutura social vigente. Nesse sentido é possível afirmar que o discurso feminista teve um importante papel para a alteração das relações sociais em diversos contextos, como por exemplo, no caso dessa pesquisa o papel e a identidade masculina na sociedade.

Nosso percurso tem início pelas ruas de Paris, durante o século XIX, onde grupos de mulheres iniciaram um movimento de luta buscando conquistas por direitos iguais à cidadania, pressupondo a igualdade entre homens e mulheres, esse movimento iniciado na Europa e posteriormente nos Estados Unidos, ganhou adeptos em muitas partes do mundo também na América Latina, que foi o caso do Brasil. Entre os anos de 1920 e 1930 essas mulheres em diversos lugares conseguiram romper com algumas expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais e legais, em especial referente ao voto e ao acesso a educação.

No Brasil com maior ênfase no final da década de 1970, o movimento feminista brasileiro articulado com outros movimentos sociais do período: movimentos populares que iam desde a luta por moradia, melhores condições de vida – água encanada, luz, transporte - até a luta pela criação de creches em fábricas e universidades; movimentos políticos de luta contra o racismo, pelos direitos dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. As feministas¹ debateram com a esquerda e forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos. O feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direito de ter ou não filhos, punição aos assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica. (SOARES, 1994, p. 14)

O pensamento feminista influenciado pelo movimento mundial e pelas discussões dos movimentos sociais nacionais aliados passou a discutir o papel da mulher na sociedade, a subordinação das mulheres aos homens, resultando na união das reflexões teóricas e militância política uma das marcas do feminismo contemporâneo. Incorporando na pesquisa acadêmico a categoria mulher, discutindo questões em especial nas ciências sociais. Cabe ressaltar que essa categoria nascida no movimento feminista, apesar de inseridas no pensamento da esquerda, politicamente, se diferenciava por considerar que as mulheres para além dos fatores de classe e raça, eram oprimidas pelo fato de serem mulheres.

A categoria mulher no período considerava três pontos principais a identidade, opressão e o patriarcado². A identidade inicialmente ancora-se na ideia de que o que une todas as mulheres – a opressão - ultrapassava todas as diferenças entre elas, dando as mulheres o que a autora Piscitelli (2004) chama de “identidade” primária, a base da identidade das mulheres passou a reconhecer tanto fatores biológicos como os aspectos socialmente construídos, considerando que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão.

¹A pesquisa Mariza Corrêa em seus estudos sobre o movimento feminista brasileiro e sua própria experiência como integrante desse grupo, comenta que é difícil traçar um perfil específico de quem eram estas feministas na época: [...] *elas eram atrizes de teatro – lembrar a atriz portuguesa radicada no Brasil, Ruth Escobar, por exemplo, que transformou seu teatro num importante local de discussão sobre a situação da mulher –, professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, etc. Creio que havia um traço comum à todas, pelo menos em São Paulo e no Rio, que foi onde circulei mais durante aqueles anos: eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais. Minha própria caracterização – aluna de pós-graduação de uma universidade paulista, escrevendo uma tese sobre os “crimes passionais”* (CORRÊA, 2001, p. 18).

²Seguindo basicamente o artigo da pesquisadora Adriana Piscitelli (2004) intitulado Recriando a (categoria) mulher?

Ao entender que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres em todos espaços de suas vivências, chegaram a conclusão que a opressão feminina deveria ser mapeada nesses espaços, no cotidiano das mulheres, o que ficou conhecido como “o pessoal político” uma vez que ao discutir a relação entre mulheres e homens buscava-se a redefinição do político, o político como poder. Utilizando de termos teóricos, pode-se dizer que as feministas passaram a trabalhar com uma ideia global e unitária de poder – o patriarcado – uma perspectiva na qual cada relacionamento vivenciado por mulheres e homens deveria ser visto como uma relação política – de poder patriarcal.

As instituições consideradas patriarcais seriam aquelas pautadas na dominação masculina considerando que os homens de forma universal oprimem as mulheres, o pensamento feminista passou a explicar de quais formas e como o patriarcado ocorria em casos específicos. Afirmando que a dominação masculina, excluiu as mulheres da história, política, das teorias e das explicações prevaletentes da realidade as teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares, considerando o ponto de vista das mulheres - o lado feminino.

As contribuições do movimento feminista ao desenvolvimento dos estudos acadêmicos provocaram o aumento no corpo de dados sobre a situação da mulher na sociedade, consolidando os estudos da mulher em diversas áreas em especial na antropologia e história. Esses estudos confrontaram aspectos fundamentais dessas áreas criando a antropologia das mulheres e história das mulheres. Ainda segundo dados fornecidos pela pesquisadora a acumulação desses dados e informações sobre a diversidade de experiências femininas e o desenvolvimento crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também a um outro lado, levando a contestação de vários dos conceitos e categorias, com os quais o pensamento feminista estava operando. E um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do patriarcado como uma categoria de análise.

A utilização do conceito patriarcado foi útil aos estudos das mulheres uma vez que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo. Os estudos feministas procuraram ao utiliza-lo entender a origem de uma sociedade construída sob a opressão das mulheres, para posteriormente criar condições na realização de uma atualização na organização social que se distanciaria das sociedades arcaicas onde - homens exerciam a dominação. O problema que é a utilização desse termo fora desse contexto obscurecia a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação.

Segundo Piscitelli (2004) a universalidade e invariabilidade com as quais o patriarcado foi utilizado resultaram no esvaziamento de conteúdo nas discussões da categoria mulher uma vez que o:

O conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. Embora esse conceito não tenha sido inteiramente abandonado, hoje resulta fácil critica-lo, por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço –, por ser considerado um conceito trans-histórico e trans-geográfico e, ainda, porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável. (PISCITELLI, 2004, p. 7)

As discussões e estudos sobre o patriarcado e outras explicações dos estudos feministas tornaram possíveis, a criação de novas hipóteses explicativas sobre a opressão feminina. Com o objetivo de explicar que a subordinação das mulheres não tinha em sua origem uma ordem natural, as discussões sobre o patriarcado foram gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão, vale ressaltar que não houve um desaparecimento dos discursos e estudos feministas, mas sim uma definição de novos rumos e focos. Esse quadro de efervescência intelectual foi o contexto no qual se desenvolveu o conceito de gênero.

Embora a gênese dos estudos de gênero como já mencionado se encontre nas discussões feministas e nos estudos sobre mulheres estes não podem ser tratados como termos sinônimos. O conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, pelo pesquisador e psicanalista Robert Stoller em 1963, aplicando o termo para a diferença sexual – sexo estaria ligado a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (sociologia, psicologia). A categoria gênero passou a ser utilizado pelos pesquisadores para tratar segundo Scott (1995 p. 76) “das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”.

Stoller em 1963, como psicanalista utilizou o conceito para tratar de temas patológicos. Um dos primeiros ensaios feministas a tratar do conceito de gênero no debate da opressão feminina foi escrito pela antropóloga Gayle Rubin intitulado, *O Tráfico das*

Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo, publicado em 1975, a autora trabalhou a dinâmica sexo/gênero considerando que na diferença sexual, a cultura se sobrepõe à natureza. “a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais” (RUBIN, 1975, p. 176).

Os estudos de gênero diferentemente dos estudos sobre mulheres passaram a relacionar suas propostas considerando as construções sociais das mulheres e também dos homens em termos dos sistemas culturais. É dado um enfoque às totalidades. Outro ponto perceptível de mudança está na exigência em compreender as realidades empíricas de poder nas quais o sistema sexo-gênero se faz presente. Como opção teórica, o termo desde a década de 1970 vem sendo utilizado para tratar de questões ligadas à diferença sexual, em especial nas Ciências Sociais e Humanas³. Embora existissem controvérsias acerca da definição de gênero, em 1980 firmou-se um consenso de seu uso, entendido como a construção social do feminino e do masculino, com a finalidade de encerrar o debate referente a qualquer influência do determinismo biológico. A esse respeito explica a autora Louro (1997, p. 22)

[...] que ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social não, contudo a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Como diz Robert Connell (1995, p. 189), "no gênero, a prática social se dirige aos corpos". O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico.

Cabe ressaltar que ao analisarmos gênero não devemos nos fundamentar nas teorias sociais da construção de papéis de masculino e feminino. Ainda que utilizada por muitas pessoas essa concepção pode ser considerada redutora ou simplista. Tal teoria preocupa-se com os fatores que influenciam o comportamento humano, minimizando a dimensão política das relações existentes entre os sexos. É preciso “dar sentido às relações” (SCOTT, 1995). Para a autora Raewyn Connell (2013) é preciso enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres:

[...] gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais

³Obras que deram grande visibilidade para a categoria e ajudaram para o fortalecimento dessa linha teórica foram Joan Scott (1991) e Judith Butler (2008).

complexa que as dicotomias dos papéis de sexo, ou a biologia reprodutiva sugeririam. (CONNELL, 2013, p. 2).

Impulsionado pelos estudos de gênero e por alguns estudos Gay's, a temática das masculinidades ganhou espaço nas teorias sociais no começo dos anos de 1980. Abordando questões como a supremacia masculina institucionalizada, a problemática da busca de nova identidade diante das conquistas das mulheres, a fragilidade do homem, a violência e a construção social da virilidade masculina. Em consonância com os estudos pós-estruturalistas (JANUÁRIO, 2016, p. 97)

A Masculinidade sendo um estudo de gênero aceita que tanto a feminilidade quanto a masculinidade são construções sociais, isto é, não resultam diretamente de qualquer traço corporal para diferenciar os sexos. Sendo assim a masculinidade vão muito além dos estereótipos. Para melhor entendermos o processo de construção dessa linha teórica, faremos aqui um apanhado histórico sobre as primeiras e principais pesquisas que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre a masculinidade. O comprometimento do estudo e análise de temas como a reformulação do comportamento masculino comprometido com a conscientização da influencia social masculina, oportunizou a criação de estudos que ficaram conhecidos como Men's movements que defendiam uma crise das masculinidades. Ainda conforme Januário (2016) essa crise não poderia ser considerada apenas como a crise do homem mais como uma crise dos sujeitos como propunham os estudos pós-estruturalistas, analisados por Foucault (1999) “uma dificuldade do sujeito em encontrar em sua própria existência uma finalidade”.

Malinowski (1927) ao publicar o livro *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*, realizou uma das primeiras contribuições sobre a questão da configuração social entre homens e mulheres. Malinowski (1983) ao fazer um estudo etnográfico sobre a sexualidade em povos do Pacífico que deu origem a obra *Vida Sexual dos Selvagens* trouxe como objeto de estudo a Sexualidade que segundo o autor traz um sentido

A sexualidade é um sentido mais amplo – aquela que ela assume no título deste livro–, é, mais do que uma mera relação carnal entre dois indivíduos, uma força sociológica e cultural. [...] O sexo não é para o habitante primitivo das ilhas do Pacífico, como nós tampouco uma simples questão fisiológica; ele implica o amor e o namoro; torna-se o núcleo de instituições tão veneráveis como o casamento e a família, inspira a arte constitui a fonte de suas magias e sortilégios. Domina na verdade quase todos os aspectos da cultura. (MALINOWSKI, 1983, p. 21)

Ao escrever sobre a Sexualidade Bronislaw Malinowski (1983) considerou aspectos culturais que influenciavam na sexualidade de homens e mulheres, com suas relações domésticas e distribuições das funções econômicas. Porém não desconsiderava totalmente os aspectos biológicos nessas relações, não separando sexo de gênero.

Bateson (1965) realizou um trabalho pioneiro ao analisar a construção simbólica do feminilidade e masculinidade, na comunidade Iatmul em Nova Guiné. Também utilizando a etnografia, descreveu um ritual chamada Naven – na qual em ocasiões especiais homens se vestem de mulheres e mulheres de homens – para comemorar feitos notáveis realizado por um jovem pela primeira vez. De acordo com Coelho (2009, p. 225) Bateson relata em sua pesquisa que nessas ocasiões especiais durante o ritual

[...] o tio materno (wau) vestia-se como mulher e, mais do que isso, usava os trajes mais imundos da viúva, visando à criação de um estado de decrepitude, e saía pela aldeia como um bufão, coxeando e apoiando-se em uma bengala, assumindo comportamentos que demonstrassem sua inferioridade perante o sobrinho (laua) ou, mais raramente, a sobrinha. Do contrário, as mulheres (irmã do pai – iau, irmã – nyanggai, esposa do irmão mais velho - tshaishi) se vestiam com o melhor traje masculino. A atitude do wau de esfregar as nádegas na canela no laua, caso o encontrasse na aldeia durante a sua performance, era uma parte do naven especificamente dedicada ao menino. Esse ato humilhante tinha como objetivo fazer com que o laua o presentearse com objetos de valor, reforçando uma aliança. Aqui estão implícitas uma série de comportamentos e atitudes relativas aos lugares classificatórios, especialmente no parentesco. (COELHO, 2009, p. 225)

Ainda conforme a autora, a Naven pode ser resumida da seguinte forma, quando um jovem realizava alguma façanha notável, os seus pares expressavam de maneira pública a sua alegria pelo acontecido.

Essa situação era estranha em contextos normais da vida dos dois sexos, para os homens, regozijar-se dos feitos de outra pessoa era algo fora da norma de seu comportamento. Para as mulheres, a posição era inversa; sua vida cooperativa ensinou-as a expressar espontaneamente alegria e tristeza desinteressadas, mas não as ensinou a assumir um papel público espetacular. (COELHO, 2009, p. 227)

Bateson (2008) considerou que o ritual apresentava duas composições: primeiro o elemento de exibição pública ligada ao que seria uma característica do ethos masculino se modificava ao ser atuado pelas mulheres, enquanto o elemento de emoção pessoal pelo feito de outrem – que, normalmente, seria uma característica do ethos feminino, seria atuado pelos

homens , concluiu que as diferenças entre homens e mulheres são a base de toda a estrutura social de do ethos da cultura Iatmaul.

De qualquer ângulo que se veja, a partir de qualquer instituição que estudemos, encontramos o mesmo tipo de contraste entre a vida dos homens e a das mulheres. Generalizando, podemos dizer que os homens ocupam-se em atividades espetaculares, dramáticas e violentas que têm seu centro na casa cerimonial, enquanto as mulheres se ocupam das rotinas necessárias e úteis de coleta de alimento, cozinha e criação dos filhos — atividades- descentradas em torno das moradias e das hortas. O contraste entre a casa cerimonial e a casa de moradia é fundamental para a cultura (BATESON, 1965, p. 124).

De acordo com os estudos da pesquisadora Neuma Aguiar (1997, p. 39) o pesquisador e antropólogo Bateson fez da construção social das diferenças sexuais seu objeto de estudo , seus escritos são utilizados não apenas para compreender povos primitivos como foi o caso de seu pesquisa em Iatmul, mais auxilia na produção de novas pesquisa que consideram que em sociedades ditas como mais desenvolvidas marcam fortemente a diferença entre homem e mulheres e levam a masculinidade e a feminilidade para muito além de fatores biológicos.

No início de 1980, o autor Pleck (1981) publicou o livro O mito da Masculinidade abrindo caminho para as discussões sobre homens, considerando assim a urgência dessa perspectiva de gênero e seu carácter relacional. Associando assim os homens, gênero e masculinidade. O autor buscou para isso identificar os componentes que ele chamou de “paradigma do papel sexual masculino”, Pleck destaca inúmeros exemplos da deturpação do masculino demonstrando dados, reinterpretações distorcidas de resultados negativos discutindo a misoginia, homofobia e preconceito de classe.

O autor propôs para o campo dos estudos de gênero e masculinidade uma nova teoria do paradigma da tensão do papel sexual, ofereceu a oportunidade para que seus leitores fizessem uma reinterpretação dos estereótipos do papel sexual. Joseph H. Pleck (1981) em suas pesquisas realizou uma crítica à pesquisas anteriores desenvolvidas por sociobiológicos que fortaleceram o discurso dos fatores biológicos para o comportamento masculino. Inaugurando um novo caminho nos estudos de gênero e masculinidade, aqueles que passaram a considerar que as teorias dos papéis sexuais não eram o suficientes para explicar as condições dos homens na sociedade.

Os primeiros a publicarem sobre a Masculinidade foram os autores Tim Carrigan, Raewyan Connell (período em que ainda se identificava como Robert Connell)⁴e Jonh Lee (1985), ao publicarem o artigo - Em direção a uma nova sociologia da Masculinidade – unido os debates sociológicos com o estudo da Masculinidade, propondo pela primeira vez a existência de modelos de masculinidades em múltiplas relações e poder. Considerando todos os termos de mudanças e dinâmica na construção das masculinidades.

O ponto de partida para qualquer compreensão da masculinidade que não seja simplesmente biologista ou subjetiva deve ser o envolvimento dos homens nas relações sociais que constituem a ordem de gênero. [...] Este sistema é histórico, no sentido mais amplo; seus elementos e relacionamentos são construídos na história e estão sujeitos à mudança histórica. (CARRIGAN; CONNELL; LEE, 1985, p. 589).

Raewyan Connell em 1987 publicou *Gênero e Poder: Sociedade, a pessoa e a política sexual*. Mostrando uma análise social do gênero envolvendo a vida pessoal, da política e da sociedade como um todo. Para a autora discutir esses temas trouxe a política sexual a luz dos padrões de poder, uma mudança teórica era necessária.

A política sexual trouxe à luz padrões de poder, interesse e conflito que faziam pouco sentido em termos da análise de classe socialista, economia convencional, pluralismo da ciência política ou funcionalismo sociológico. Uma revolução teórica nas ciências sociais foi pedida. Isso tem demorado a chegar. Não ficou claro que tipo de teoria seria adequada para entender o mundo e a política sexual. Tentativas foram feitas para adaptar as ideias existentes. Uma quietude acadêmica, a pesquisa do “papel do sexo” subitamente se tornou enormemente popular e influente. A biologia foi introduzida para explicar questões que os próprios biólogos raramente sonhavam. (CONNELL, 1987 , p. 9)

Esses três autores acrescentaram aos debates da Masculinidade seu pluralismo, debatendo a existência de múltiplas masculinidade(s), entre elas a Masculinidade hegemônica. Seus estudos deram destaque os textos que se dedicaram a compreender o patriarcado em um outro vies, estudos realizados com grupos de homens entre homens de classe média a adolescentes em colegiais demonstraram as hierarquias de poder dentro do próprios grupos de homens, demonstrando que relações de poder existem também nessas relações, não somente

⁴Connell passou a maior parte de sua vida enquanto homem. Foi após a morte de sua esposa Pam que o mesmo iniciou sua transição, alterou seu nome, de "Robert William" para "Raewyn", e passou a publicar suas novas obras com essa assinatura, além de reeditar os livros antigos (usualmente assinados como R. W. Connell). Submeteu-se também ao tratamento hormonal e à cirurgia de readequação sexual.

dentro das instituições dominadas pelo patriarcado, da dominação dos homens em relação das mulheres. Assim como Pleck, Connell, Lee e Carrigan criticam as pesquisas que limitam as discussões das masculinidades apenas as teorias dos papéis.

Dando continuidade a essa mesma linha de pensamento, ainda nos anos de 1980 Harry Brod e Michael Kaufman publicaram pesquisas sobre as Masculinidade. Brod (1987) trouxe para o campo de pesquisa o homem e suas múltiplas representações de masculinidades sob variáveis, antes pouco estudadas a etnia, classe social e orientação sexual. Em seu artigo A fabricação de masculinidades: Os estudos dos homens novos, o autor apresenta os quatro grandes momentos dos estudos das masculinidades, o movimento : women's studies como já citamos inicialmente foi trazidos pelos estudos dos mulheres que abriu caminho para os primeiros debates sobre a condição do homem nas relações de poder; Men's movement que destacou a importância de realizar a análise do comportamento masculino comprometido com a conscientização da influencia social masculina; pro-feminista e mudanças dos papéis dos homem período de estudo que ficou marcado pelo entendimento da complexidade do gênero como mais que uma dicotomia dos papéis de sexo.

Michael Kaufman também em 1987 publicou o artigo - A construção da masculinidade e a tríade da violência masculina, analisando os padrões de opressão, tratando tanto da vida dos sujeitos homens e as opressões individuais quanto das opressões em estruturas baseadas na hierarquia. “embora existam papéis estereotipados, cada indivíduo não é a vítima passiva de um sistema imposto monoliticamente.” (KAUFMAN, 1987, p. 2). O autor escreve sobre o modelo de homem esperado diante de novos debates das relações de gênero e masculinidades.

De certo modo, isso nos permite ser um modelo de um homem forte e poderoso que não precisa operar de maneira opressiva e violenta em relação às mulheres, aos outros homens ou a si mesmo. E isso, espero, desempenhará um pequeno papel no desafio à realidade opressiva das sociedades de classes patriarcais e autoritárias. Serão mudanças em nossas próprias vidas inseparavelmente entrelaçadas com mudanças na sociedade como um todo que irão romper os laços na tríade da violência masculina. (KAUFMAN, 1987, p. 14).

Ainda no final dos anos de 1980 o pesquisador Michael Kimmel publicou o texto Changing Men - Novos rumos na pesquisa sobre homens e masculinidade, texto que trouxe uma grande mudança no campo dos estudos das masculinidades ao considerar que o tema das masculinidades não poderiam continuar a ser tratado como uma referencia normativa mais

sim como uma problemática na construção do gênero na sociedade. Kimmel (1998) apresenta modelos de homens e suas características de acordo com a temporalidade em que existiram.

O autor Robert Bly em 1990 publicou o livro intitulado Iron John: Um livro sobre homens, abordando as imagens de masculinidade profunda e vigorosa centrada no sentimento e proteção dos jovens. Segundo Connell (1995, p. 194) este autor faz parte de um movimento que ficou conhecido como o Movimento de Liberação dos homens, em geral essa tendência ignorava as questões sociais e a desigualdade econômica, ignorando totalmente o contexto internacional, para focalizar nos problemas emocionais dos homens.

Uma das produções mais discutidas também publicado durante os anos de 1990 foi a do sociólogo Pierre Bourdieu - sua tese sobre a dominação masculina. Utilizando a perspectiva simbólica o autor discutiu as vantagens masculinas nas relações de gênero, defendendo que a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. “as diferenças de sexo e gênero são produto de um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social” (BOURDIEU, 1995, p. 9).

Podemos observar que dentro do campo de estudos das masculinidades existem duas principais teorias: “crise da masculinidades” e a “dominação masculina”. A primeira considera o processo de construção ideal de um homem e a sua virilidade que dentro das relações sociais causam opressões a homens e também mulheres. Já a segunda é apoiada na dominação masculina (Bourdieu), argumenta sobre o homem dominador e praticante da violência simbólica e física. Segundo Botton (2007, p. 114)

Opõem-se estudiosos crentes na crise das masculinidades e os que acreditam na dominação masculina, de um lado as pesquisas que apontam o homem viril, usuário de violência física ou simbólica, consciente e dominante do outro as pesquisas apontam um homem sensível e vitimado pelos degradantes processos e rituais de construção do ideal viril de masculinidade.

Essas duas teorias formam o campo dos estudos das Masculinidades. Nossa pesquisa fundamenta-se na ideia de uma masculinidade em crise, conceituando gênero e Masculinidades como:

Gênero – uma forma de ordenamento social onde homens e mulheres são imersos múltiplas significâncias sociais sobre seus corpos, criando uma relação de gênero que antes de tudo é uma relação de poder. E as Masculinidades e também Feminilidade como as configurações de práticas dessa relação de gênero. Ou seja, cada sociedade em cada época e em diferentes grupos sociais, variam as características consideradas próprias para definir que

é homens e mulheres, sendo assim a existência do conceito masculinidade é histórica, transcendendo determinações biológicas.

Acreditamos que discutir uma nova política de gênero para homens significa criar novos estilos de pensamentos, pensamentos que podem diminuir a violência de gênero na sociedade. Conforme Connell (1995) buscamos discutir uma política do gênero capaz de transformar a visão do que significa ser homem na sociedade.

Uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la. No dia em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar. (CONNELL, 1995, p. 204).

Optar por pesquisar os homens que atuaram como professores primários na Educação Pública matogrossense e suas Masculinidades enquanto objeto de pesquisa e reflexão teórica, no campo historiográfico nacional, tem significado caminhar em busca de uma perspectiva inovadora. A problematização sobre o conceito de Masculino e suas implicações sócio-históricas, por muito tempo defenderam a ideia da existência de uma masculinidade única baseada na dominação e no poder inquestionável do homem patriarcal, o que Segundo Botton (2007, p. 109) abriu uma lacuna historiográfica onde o conceito de Masculinidade foi associado a uma consolidação ou permanência natural em vez de considerar o masculino como uma construção de gênero passível de ser problematizada, deixando o tema despercebido. São encontradas do início das produções historiográficas e estudos das Masculinidades no Brasil no começo dos anos de 1990, até os dias atuais, três grandes pesquisas.

Nordestino: Uma Invenção do Falo: escrito por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003), apresenta uma análise sobre as masculinidades dentro do processo de formação identitária regionalista do homem nordestino. O autor utilizando da histografia nos discursos inter cruzados em referências ao masculino e feminino nordestino em discursos, impressos, contos do rural durante o século XX entre os anos de 1920 e 1940. Conclui que a identidade da masculinidade hegemônica foi elaborada nos discursos das elites, e posteriormente introjetada a população, criando um tipo nordestino rural contrário ao mundo moderno, representante do mundo agrário e patriarcal.

Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade: Maria Izilda Matos (2001), escreve sobre as masculinidades e sua multiplicidade analisando as produções musicais entre

os anos de 1890 a 1940. A autora conclui ser necessário abandonarmos a ideal de um homem unitário. As masculinidades hegemônicas do período coloca o homem em status de sucesso porem indicando um contraponto este deveria ocultar suas expressões de sentimentos, nunca chorar, não cantar ficar oprimido amputar-se de si. Ao analisar as produções historiográficas músicas a autora encontrou um homem sensível, “o homem do amor”, revelando novas masculinidades.

Homens e Masculinidades na cultura do Magistério: uma escolha pelo possível, um lugar para brilhar (São Paulo, 1950-1989): a autora Daiane Antunes Vieira Pincinato (2007) utilizando da historiografia e a história oral, discute sobre a participação dos homens na cultura do magistério durante os de 1950 a 1989 na cidade São Paulo. Analisando como a Masculinidade imposta pela sociedade contribuiu para que homens participassem da dinâmica do magistério em especial em cargos administrativos. Cabe ressaltar que a autora utiliza a ultima pesquisa citada utiliza vertentes das masculinidade e dominação masculina, ao concluir que os homens embora pertencentes ao magistério estes encontraram formas – táticas para não ser associado com a figura feminina por existir representação masculina que a associe eles a áreas administrativas.

Já as duas primeiras obras trabalham com a existência da crise da masculinidade revelando a existência de masculinidades hegemônicas que ditaram como o homem deveria ser, concluindo que existem masculinidades múltiplas que disputam permanentemente a hegemonia dentro das relações de gênero em todas as sociedades como no caso das pesquisas do homem nordestino e do homem paulista. Masculinidades hegemônicas e subalternas coexistem dentro das relações de poder de gênero. Diante da leitura dessas obras é possível afirmar que existe uma tendência histográficas que tratam as masculinidades de acordo com a singularidade, subjetividade e multiplicidade.

O itinerário metodológico, busca revelar os caminhos estabelecidos que me levaram-me a encontrar a temática de pesquisa e minhas opções teóricas no preenchimento dessa lacuna. Os pesquisadores e pesquisadoras que dedicam a pesquisar a história da educação também constroem seu próprio espaço histórico, como afirma Chaunu (1989) a metafísica do historiador. “cada historiador expõe-se ao olhar do outro, de forma diferente, porque cada historiador é também uma história e um itinerário.”

Assim sendo, a minha aproximação com a temática do projeto de pesquisa do Mestrado: “Os professores Homens no Magistério Público de Mato Grosso (1937-1945): uma análise sobre as Mascunilidades” se inseriu a partir de um achado, de uma descoberta incerta e por dúvidas teóricas. Após as minhas primeiras incursões realizadas nas documentações da

Instrução Pública de Mato Grosso, pertencente ao Arquivo Público do Estado, ainda como bolsista da Iniciação Científica e estudante da graduação do Curso de Pedagogia, uma professora e pesquisadora em formação, ao analisar aqueles documentos reconhecia neles as ressureições das professoras e professores que dedicaram uma parcela de sua vida ao trabalho na instrução pública e privada da infância matogrossense. Em minha iniciação á pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) no período pesquisei - elas as mulheres professoras.

Professoras, Normalistas, Senhorinhas, Senhoras, Donas, Madres de diversas formas foram mencionadas, as Mulheres Professoras, formadas ou leigas que estiveram presentes na instrução pública no período de 1935-1947. Considerei no período que as professoras que atuaram durante o Estado Novo em Mato Grosso construíram suas práticas docentes através das experiências vivenciadas dentro das escolas primárias públicas, marcadas por dificuldade de acesso e comunicação, falta de recursos materiais e pedagógicos, e pelo contato com as comunidades rurais e urbanas do estado. (GOMES E SÁ, 2017, p. 6).

Ao ingressar no Mestrado em Educação com as contribuições teóricas e metodológicas advindas dos espaços de debates oportunizados pelo grupo de pesquisa, disciplinas obrigatórias e optativas, seminários temáticos, congressos e orientações. Surgiram indagações: E os homens? Que espaço eles ocupavam dentro das escolas? É uma questão de gênero? Eles fizeram carreira no magistério? O que era ser homem no período? A educação primária e o magistério era mesmo um espaço somente feminino? O que significava ser homem e professor? Revisitando os documentos anteriormente catalogados, eles estavam lá em cargos do magistério como professores primários. Após essa descoberta fez-se necessário compreender a profissão docente em Mato Grosso sob a luz do referencial teórico das Mascunilidades.

Considerando que toda pesquisa acadêmica se constitui em um espaço de intimidade, onde duas pessoas se debruçam sobre um objeto em construção (a pesquisa) o orientador e seu orientando (MACHADO, 2002 p.47). Eu e minha orientadora começamos uma nova procura por acervos documentais, procurando novos olhares. Busco nesse momento apresentar minhas escolhas metodológicas na busca por fontes.

O historiador francês Michel de Certeau (1982) ao falar sobre a operação histórica, utiliza a palavra história no sentido de historiografia. Significa que o autor entende por história uma prática e que o seu resultado (o discurso) trata-se de uma relação. Marlene Medaglia(1983), ao escrever uma análise sobre a historiografia do Rio Grande do Sul, também se apropria do conceito de Certeau, dizendo que a historiografia trata-se da: [...]

prática e do discurso historiográfico, isto é, a prática intelectual especializada (mediada pelo instrumental teórico-metodológico da ciência histórica) que tem como objeto específico a realidade histórica, em sua integridade estrutural e superestrutural e seu produto: o conhecimento histórico. Os autores me possibilitam considerar que não existe uma produção intelectual, história - processo e sim um conhecimento histórico, que se dá pela relação entre a prática do (a) pesquisadores (as) e do discurso resultante da análise.

Em linhas gerais, cabe o (a) pesquisador (a) realizar a seleção de suas fontes com as quais ele (a) pretende trabalhar, criando especificidade na prática de cada um (a), seu lugar social. (CERTEAU, 1982, p. 81). Como integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação Memória (GEM) a procura por fontes se deu inicialmente, no próprio acervo do Grupo e posteriormente a realização de um levantamento de fontes existentes nos acervos de jornais do Estado de Mato Grosso, na iminência de acharmos dados empíricos sobre o discurso de Masculinidades e referenciais simbólicas de Homens. Nesta perspectiva, delimitamos que a primeira fase da pesquisa fosse a coleta de dados em jornais que circularam no período.

Segundo Lapuente (2015, p.15) ao trabalharmos com jornais, devemos ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de conflitantes:

O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico).

Compreende-se, então, que nos jornais do período houvesse uma defesa dos discursos políticos do Estado Novo, colocando o homem e sua Masculinidade no centro do desenvolvimento, o cidadão do Estado Novo. Posteriormente, a este levantamento, foram realizados estudos mais particulares sobre o conceito de Masculinidades.

Escolhido o conceito, começamos uma nova busca por acervos documentais, encontramos a existência do documento – A Estatuto da Família – documento que buscava combinar duas ideias que para seu autor (Gustavo Capanema) eram indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. “A família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulo morais”. (SCHWARTZMAN; BOMENY;

COSTA, 2000, p.123) foi o ponto de partida para uma nova operação historiográfica pretendida por mim, compreender as dimensões educativas quanto a construção de Masculinidade hegemônica presente nos discursos oficiais.

Segundo Bica (2012, p. 5) ao manusearmos fontes, devemos procurar compreender o porque foram produzidas, quais eram as intenções e sua produção e quais os sentidos que as produziram. Ao realizar a análise dos documentos devemos buscar revelar e compreender que não foi dito, desvelando “o passado congelado de suas linhas na construção de uma narrativa histórica de seu tempo”.

Os materiais historiográficos encontrados foram agrupados por tipos de fontes, segundo sua tipologia e características, possibilitando a organização dos documentos. Os acervos identificados até o momento: Documentações oficial dos Governadores de Mato Grosso - 1936 - 1953: leis, decretos, relatórios, regulamentos; Documentações oficial do Ministério da Saúde e Educação: Leis, projeto-lei, Comunicados e Propagandas. Análise de jornais, revistas, álbuns que carregam vestígios sobre a Mascunilidades hegemônica do período.

Livros, artigos e escritos de historiadores locais, que revelam as características culturais, econômicas e educacionais do estado de Mato de Grosso no período do Estado Novo; Produções científicas realizados por cientistas da educação que desenvolvem estudos sobre o perfil do Homem no Estado Novo; A Masculinidades como conceito de análise, caminhos historiográficos na pesquisa em História e Educação.

Os procedimentos de coleta, e procura por “vestígios” nos arquivos, estabelecem uma prática de pesquisa compromissada a identificar fatos históricos capazes de reconstruir versões do cotidiano educacional matogrossense no período no Estado Novo. A história enquanto ciência é contada e reconstruída em diversas oportunidades culturais sejam elas na escrita de fatos do cotidiano, nas produções artísticas e nas insurreições da memória. Todos e todas fazem história, cabe a quem se dedica a trabalhar com ela saber identifica-la e senti-la. (CHARTIER, 2010, p. 8).

Nesta perspectiva, alguns questionamentos foram tomados como base para a continuação da operação historiográfica da pesquisa: Quais eram as configurações práticas dos homens na sociedade no período? Quais documentos a nível estadual e federal me oferecem oportunidade de análise sobre o tema? Quais documentos me possibilitam compreender o movimento social, cultural e econômico do estado no período? e O Ministério da Saúde e Educação entre os anos de 1937- 1945 discutiu ou viabilizou praticas e discursos sobre o homem e seu papel na sociedade?

Paralelamente ao processo de levantamento das fontes documentais, foram estabelecidas diretrizes metodológicas para o mapeamento de fonte bibliográfica a fim de atender o planejamento proposto no projeto de pesquisa da dissertação. Realizar este mapeamento bibliográfica auxiliou nas construções de problematizações e hipóteses sobre o problema de pesquisa. Percebeu-se a existência de um numero reduzido de pesquisas historiográficas sobre a presença de professores homens no magistério público primário em Mato Grosso e no Brasil no período do Estado Novo.

Utilizou-se para essa pesquisa os seguintes descritores: Homem e Estado Novo; Professor homem primário; Homem e Educação; Estado Novo e formação do homem; Magistério primário masculino; Masculinidade e professores homens.

A presente dissertação foi organizada em três capítulos, sendo que no primeiro delineamos qual a Masculinidade Hegemonica do período. O segundo capítulo trata da presença dos homens no magistério primário matogrossense durante o período do Estado Novo.

O último capítulo aborda a questão inerente os produção de masculinidades subalternas , produzidos pelos professores homens que atuavam no magistério primário.

2 SER HOMEM NO ESTADO NOVO

Imersos em mudanças no contexto político, social, econômico e cultural no Brasil. Homens e mulheres foram submetidos a traçar novas formas sociais para viver no país. Direcionadas pelo Estado Novo, uma política de unificação e centralização, autoritarista que teve como objetivo ampliar o controle do governo federal e limitar o máximo possível as influências das oligarquias regionais. Como na obra de Picasso, *acrobata y joven arlequin* Picasso (1905), o antigo e o novo habitavam em um mesmo quadrante causando um certo desconforto, nascia aí uma nova masculinidade hegemônica. Tema no qual se destina a escrita desse primeiro capítulo da dissertação.

Se considerarmos que o final do século XX foi um tempo de acaso das ideologias, o mesmo não se pode dizer das décadas de 1920 e 30. Nestas, a proliferação de rígidas crenças ideológicas deu ao mundo novas concepções sobre o que deveria ser o “homem novo”, o papel do Estado e da sociedade. O final da I Guerra Mundial mostrava a fragilidade da ordem internacional, e a revolução soviética de 1917 criava um novo ordenamento político, que aparecia como um golpe de misericórdia na sociedade liberal em crise. Reagindo ao liberalismo e também ao comunismo emergente, cresciam as doutrinas totalitárias de direita. (KONRAD, 2006).

Segundo D’Araújo (2000, p. 8) predominou no período o princípio de que o Estado tinha e deveria ter qualidades superiores às do indivíduo e às da sociedade. Ainda conforme a autora tanto a direita quanto esquerda da política brasileira durante essas décadas, cultivavam em comum, a crença no mito do Estado forte e o culto a personalidade, como fatores fundamentais na formação da coesão social e da unidade nacional. Existiam em ambas as partes o desejo de corrigir os problemas advindos do capitalismo: a desigualdade social, insegurança econômica, conflitos de classes e de interesses.

Embora elas concordassem com os problemas ao proporem resoluções se separavam. Resumidamente a esquerda influenciada por uma corrente científica – o marxismo - pregava a revolução do proletariado como solução real aos problemas da sociedade brasileira capitalista. Postulando o fim da propriedade privada, a adesão de um modelo de estatização da produção através da ditadura do proletariado. “O primado da igualdade ganhava da liberdade” (D’ARAÚJO, 2000, p. 9).

Já a direita não tinha a consciência do proletariado e o fim da propriedade privada como alvo de suas preocupações, buscavam construir um meio de produção que fosse capaz

de sobrepôs os interesses da nação sobre os das classes, dos indivíduos e dos grupos econômicos através da ação direta do Estado.

Foi por meio dessa ideologia da direita, pregando o poder supremo do Estado que milhares de pessoas foram mobilizadas, surgindo o chamado Estado Novo no Brasil (1937-1945). Estado Novo, foi também o nome que receberam outros regimes totalitários na mesma época: a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal, Mihail Manoilescu, na Romênia, Mustafá Kemal Atatürk, na Turquia por exemplo.

Ainda conforme D'Araújo (2000, p. 12) o “novo” representava o ideal político de encontrar uma via que se afastasse tanto capitalismo liberal quanto do comunismo, realizando uma distinção entre o Estado e a Nação – o governo e a comunidade – e ao mesmo tempo a necessidade de fundi-los através de um representante - um líder – ou mesmo um grupo único, essa foram umas das marcas do Estado Novo. Regimes com esses pressupostos foram e são considerados ditaduras, que pregavam o fim de conflitos políticos como caminho para a paz e o desenvolvimento, usando o poder do Estado para suprimir outras formas de poder.

No Brasil o Estado Novo foi uma clara expressão dos pressupostos desse regime, através de varias comemorações cívicas e mandos políticos que cultivaram no ideal dos brasileiros um chefe político apropriado - Getúlio Vargas. Na edição 5.743 de 10 de novembro de 1937 do Jornal o Imparcial, do município de Cuiabá. o periódico anunciava o fechamento do senado, câmara dos deputados e vereadores, o poder de decisão passava a ser verticalizada. E foi publicado também no jornal o pronunciado do novo líder. “[...] Urgiu a necessidade de um governo forte, que fosse um governo de paz, de justiça e do trabalho” assim se definia governo no Estado Novo pelo próprio Getúlio Vargas.

O Estado Novo foi formalmente instituído por uma jogada política de Estado. Um golpe anunciado, sem reação, silencioso. A ausência de reação não quer dizer, contudo, que não houvesse opositores a Vargas e a seus planos ditatoriais, havia, mas já estavam devidamente impossibilitados de qualquer tipo de reação. Lembrando o clima ideológico citado inicialmente, a entrada de Vargas foi defendida como um levante contra um possível golpe comunista no Brasil, provado através de um documento - o Plano Cohen – documento forjado pelo exercito e utilizado por Vargas para destruir a oposição e a dissensão com o apoio dos militares.

Dessa forma o Estado Novo nasceu sobre a impressão de salvação, como um governo capaz de defender a Nação de perigosos externos, com as próprias palavras de Vargas “um governo da paz”. Na edição número 10 de 1937 do jornal estudantil a Folha Juvenil, jovens

cuiabanos convencidos desse discurso publicam sobre o Novo Brasil e a ameaça comunista dizendo que

O Brasil que apodrecia no marasmo e na inércia, surge na era nova, como um leão de juba ericada e fremente rugindo e conclameando forças para a defesa de seus brios, torpemente ameaçados. [...] Todos víamos crescer dia a dia, avultar aos nossos olhos, o perigo sangrento dessa ideologia exótica com que nos ameaçava a audácia de desalmados aventureiros, com a hera daninha que procurava envolver nossa terra magnífica, opulenta, transformando a numa tapera de dor e opressão, de vergonha e de sangue, de soluços, de gemidos dos mais cruéis desesperos. (MATO GROSSO, Folha Juvenil, 1937, p. 1)

Essa representação de segurança ligada ao governo e a figura de Getúlio Vargas, não surgiu de forma neutra e espontânea por parte dos jovens cuiabanos, de acordo com estudos realizados pelo autor Robert Levine ao analisar a figura de Getúlio Vargas como o pai dos pobres, o ditador tinha por prática rotineira ressaltar a importância do povo – do brasileiro – como parte integrante da salvação da Nação. “Trabalhadores do Brasil! O seu bem-estar é minha preocupação constante preocupação” (LEVINE, 2001, p. 21). Em nome do progresso do país, as questões sociais passaram ser tratadas pelo Estado e a cidadania passou a ser utilizada como mecanismo de controle social, impedindo a liberdade de expressão (CAPELATO, 1999, p.162)

Publicado em 1937 pelo Ministério da Saúde, nos discursos sobre o panorama da Educação Nacional, Vargas acrescentou e reforçou o ideal de Nação e a função dos Estados dizendo: “Sabemos que o Estado tem por função fazer com que a Nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória. É esta a decisão com que, no Brasil, o Estado agora se estrutura e mobiliza os seus instrumentos.” (BRASIL, 1937, p. 21). Sobre essa (re) constitucionalização do Estado o Governador do Estado de Mato Grosso disse em 13 de junho de 1936 ao comunicar fatos do desenvolvimento do estado: “anhelavam um Brasil novo, norteado por homens de valor e com a precisa envergadura para traçar as novas directrizes a seguir pela Pátria então redimida” (MATO GROSSO, 1937 p. 1).

Aos “homens de valor com precisa envergadura” foi atribuída a tarefa de traçar as novas diretrizes da Nação. Mais quem eram esses homens de tamanha envergadura? Segundo Prado (2001, p. 22) a formação desses homens de valor – o homem novo do Estado Novo era, percebida como uma condição de sobrevivência do País. Transformando o antigo em novo, o rude em moderno.

2.1 A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NO ESTADO NOVO: O URBANO, A FAMÍLIA E O TRABALHO

Kimmel ao discutirem a masculinidade hegemônica, revelam que esta nasce das ações e discursos não simplesmente do “homem falso” no sentido genético, mais de um tipo particular de masculinidade, de uma hombridade que é “[...] derivada da sua identidade por participar do mercado, da sua interação com outros homens naquele mercado, em suma, um modelo de masculinidade baseado na competição homossocial.” (1998 p. 109).

E acrescentam que no final do século XVII, dois modelos de masculinidades coexistiam nos Estados Unidos. Estes são bem familiares a todos nós, porque uma versão deles também existiu na Europa e são os fundamentos das identidades básicas de gênero das lutas políticas dos séculos XVII e XVIII.

O primeiro destes modelos é que chamo de Patriarca Gentil, aquele que derivou sua identidade, da posse de terra. Ao supervisionar suas propriedades rurais, ele era refinado, cordial, elegante e dado uma certa sensualidade. Ele era um pai dotado e devotado, que passava muito do seu tempo com a sua família e cuidando seus domínios. Nos estados Unidos imagine o George Washington ou Thomas Jefferson. Na Europa, pense na aristocracia rural da Inglaterra do século XVII, em contraste, o Artesão Heróico que incorporava a força física e a virtude republicana do fazendeiro yeoman, o artesão urbano independente, o dono de pequeno negócio. Também pai devoto, o artesão heróico ensinava ao seu filho a sua arte, elevando-o ao status de mestre artesão através de uma iniciação ritual como aprendiz. Nos Estados Unidos, pense em Paul Revere na sua oficina de ferreiro[...] Na Europa, eles são os Levellers, os sans-culottes. No Oriente Médio, os donos de bazares. (1998, p. 111-112).

Esses dois modelos de masculinidades coexistiram por muito tempo mais na primeira metade do Século XIX, surgiu uma nova versão de masculinidade, a do Self-Made Man, a de um empresário urbano, um homem de negócios, ausente do lar, cada vez mais distantes dos filhos, devotado ao trabalho em um ambiente de trabalho homossocial. O termo sociológico homossocial define as relações entre homens que não são de natureza romântica mais sim de amizade, orientação, entre outras. O homem self-made man vê o trabalho como algo ligado ao masculino. Ainda segundo Kimmel (1998, p. 107) a principal maneira pela qual os homens buscavam demonstrar a sua aquisição bem-sucedida de masculinidade era através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro. Em recente reanálise do conceito de Masculinidade e suas

críticas Connell e Messerschmidt (2013) consideram que existem questões inevitáveis para os estudos de Masculinidade e sugerem uma estrutura simples de análise, considerando que as Masculinidades existem empiricamente e podem ser analisadas em três níveis: local, regional e global.

Tabela 1 - Os três níveis de análise das Masculinidades segundo Connell e Messerschmidt

Nível	Masculinidade
Local	Construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações, comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de história de vida.
Regional	Construídas no nível da cultura ou do estado-nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas.
Global	Construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades.

Fonte: Connell e Messerschmidt (2013).

O sociólogo Erving Goffman ao estudar o tipo de homem norte-americano e o significado de homem inserido na cultura regional, revelou a existência de um homem completo da América do Norte, “jovem, casado, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, pai, com educação superior, bem empregado, bem apessoado, de bom peso e boa estatura e com algum recorde esportivo recente”.

Dessa forma ao mesmo tempo que não podemos afirmar que todos os homens que viveram no Estado Novo criaram suas masculinidades de maneira uniforme e igualitária. Podemos também analisar o que significava ser homem e qual era masculinidade hegemônica em nível regional. Ditada pelo controle exercido pelo regime do Estado Novo e incorporada pelos homens e mulheres imersos nesse contexto político e social. As configurações práticas da Masculinidade hegemônica, se tornaram reais pela fala e ações exercitadas pelos brasileiros.

Segundo pesquisa desenvolvida pela socióloga brasileira, Adonia Antunes Prado (2001, p.14) sobre os conceitos de homem e Educação no Brasil no período do Estado Novo cultivava o ideal de homem desejado como - nacional completo - fisicamente, moralmente e intelectualmente. O lutador intermeado na batalha da pátria, apto a enfrentar qualquer

sacrífico em defesa da unidade, da integralidade e da autonomia da terra que lhe deu berço e lhe dará sepultura. Resultando em um homem brasileiro ideal: forte, disciplinado e amante do trabalho.

O homem do Estado Novo, o cidadão, faz parte da masculinidade dos Self-Made Man – o homem que faz com as mãos – com “as mãos” tiveram a incumbência de defender a família-Nação. Em 1939, em desenho publicado na Revista o Globo o desenhista João Fahrion retratou o período através da representação de um grupo de homens trabalhadores, exercendo suas funções em uma construção – intitulado o desenho de: Obra em construção. No desenho os homens são retratados com vestias leves, instrumentos em mãos construindo com tijolos e cimento, construindo- trabalhando.

A Constituição de 1937, que direcionava a vigência do Estado Novo, desde de novembro de 1937, não deixou dúvida, em qual era a importância do trabalho, e como o perfil do homem novo estaria ligado diretamente ao trabalho. Em seu artigo 136 estabelecia que “o trabalho é um dever social”. Logo qualquer elemento ou ação que ligasse o homem ao mundo de ociosidade, seria enquadrado em uma tentativa de fugir dos códigos disciplinares do Estado Novo. (PARANHOS, 2017, p. 14).

Existia uma estreita ligação entre e o Estado Novo e a comunicação. O Estado Novo não só vigiava as informações circulantes e punia os meios de comunicação, como forma de manter intacta a ordem social, mas também, com o mesmo objetivo, construía a imagem ideal de homem.

Qualquer que fosse o programa posto pelo Estado, este era introduzido no plano ideal de Nação unificada pelo Estado, tendo a intencionalidade de manter o controle. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o auxílio do Ministério da Educação o governo articulava uma estratégia de atuação tanto no meio cultural, destinado para elites como para as camadas populares.

Durante o Estado Novo, o progresso do país foi substancial em algumas áreas. A produção de energia elétrica cresceu, assim como a produção de cimento e a extração de minérios. Novas estradas estimularam a migração nordestina para as principais cidades do Centro-Sul, São Paulo e Rio de Janeiro principalmente. O DIP usava pôsteres e grandes cartazes para transmitir suas mensagens, e distribuía milhares de fotografias de Vargas, que eram então expostas nos domicílios, nos estabelecimentos e nas repartições públicas. (OLIVEIRA, 1943).

Ao completar dez de governo, foram distribuídos diversos cartazes, propagandas e homenagens a Vargas. Entre eles um cartaz que dizia: “Ao celebrar-se o decênio do governo

do Presidente Getúlio Vargas, cada um de nós tem a consciência de ter crescido mais: como povo, como cidadão, como brasileiro. O cartaz elucida a ideia da construção de um povo, um cidadão brasileiro, passado pelo governo aos homens do país a responsabilidade pelo crescimento do País.

Imagem 2 - Cartaz de comemoração do decênio de Getúlio Vargas



Fonte: CPDOC- FGV (1940)

A aprovação e a implementação de direitos sociais estiveram no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho durante o Estado Novo, caracterizando uma dimensão essencial de revalorização do homem brasileiro. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. Ao escrever sobre a ideologia e o trabalho no Estado Novo a autora Ângela de Castro Gomes (1999) afirma que toda a estratégia político-ideológica de combate à “pobreza”, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho, buscava superar graves problemas sócio-econômicos do país. A autora conclui que

Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram os objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. (GOMES, 1999, s/p)

Segundo dados Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) o povo era considerado uma espécie de matéria bruta a ser elaborada pelos saberes das elites, baseado nesse raciocínio, o governo justificava seu controle, mantendo uma fiscalização sobre as mais diversas expressões culturais. Buscando substituir a figura do homem malandro do samba pela figura exemplar do operário de fábrica, surgiram as músicas do chamado – samba da legitimidade.

Conforme Paranhos (2017, p. 10) após aderirem a grande legião de apoiadores de Vargas, do governo e do regime os sambistas praticamente não fizeram outra coisa senão cantar e decantar o chamamento ideológico do trabalhismo. A exemplo da música composta em 1938 por Nuno Roland, onde o compositor exaltava Vargas e o Estado Novo

"Ô Brasil, ó rincão querido
 Invejado pelo mundo novo
 Com ele está o teu futuro porque
 pretendiam dominar teu povo
 Surgiu Getúlio Vargas, o grande chefe brasileiro
 Que entre seus filhos como herói foi o primeiro
 Ainda temos na memória
 Esses atos de patriotismo
 Hoje tens nome na história
 Na emergência de tão negro abismo
 Porque existia em teu seio
 Entre os valores verdadeiros Getúlio Vargas, que veio
 Mostrar ser o Brasil dos brasileiros"
 (ROLAND, 1938).

Para Gomes (1999) a formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com a riqueza e cidadania sempre estivera ausente do país e produzir uma identidade social e política para o trabalhador foi um esforço muito grande.

Para o Estado Novo a representação de homem rural que era visto como atrasado e carente deveria ser resgatado para a modernidade. O conceito de homem no contexto do discurso dominante sobre a vida rural brasileira era extremamente negativo. O autor Clifford Andrew Welch (2016, p. 103) ao pesquisar sobre os homens rurais no período do Estado novo concluiu que o homem rural era visto como um bugre, a beira da irracionalidade, submisso às

superstições e aos tradicionais métodos rotineiros de trabalho. Vargas em 1938 propôs “despertar-lhes, em suma o interesse, inculcando-lhe hábitos de atividade e de economia”.

Ao buscar organizar a vida rural, o governo de Vargas não procurou fazer uma revolução de emancipação dos camponeses, mas para ajustar a economia política e assim fortalecer o mercado. As Masculinidades hegemônicas ou subalternas se configuram como identidade ao participarem do mercado, o conceito de homem do estado novo estava ligado diretamente ao embate e apagamento dos outros conceitos masculinidade já estabelecidos. O ideal do regime era a homogeneidade em detrimento da diversidade.

Segundo Oliveira (1943) no período como medida de contenção da população rural no campo, chegou-se a debater um Código Rural e foram recorrentes as menções a centralidade da extensão da legislação em vigência ao campo e a importância da escola como elemento de fixação do trabalhador rural. Buscando criar ambientes geradores de hábitos para a atividade econômica uma vez que os homens trabalhadores rurais eram vistos como incapazes.

De acordo com os estudos de Gomes (1999, p.17)

O trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem bom e honesto. Suas dificuldades e sua pobreza não deviam ser associadas a falhas morais, mas às condições estruturais do sistema sócio-econômico, que podiam ser vencidas. A ascensão social do trabalhador estava, portanto, relacionada à intervenção do poder público e na dependência deste, única força capaz de superar os enormes problemas que condicionavam e impediam sua realização pessoal.

Era o Estado, personificado na figura de Vargas, que possibilitaria o acesso dos trabalhadores aos instrumentos de realização individual e social. Desde então, no Brasil, a relação *homem do povo/Estado* fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social. O autor Fábio Roberto Wilke (2017) ao analisar o mito da união nacional na construção das famílias brasileiras na ditadura do Estado Novo, acrescenta que a ditadura do governo de Vargas se distinguiu por aliar autoritarismo político e intensa perseguição política a construção da Legislação Trabalhista, movimento que pretendeu a normativa das relações entre capital e trabalho em categorias profissionais organizadas. A propósito, este foi um paradoxo significativo a ser contemplado, pois ao autoritarismo político promovido pela Ditadura do Estado Novo, conjunta e paradoxalmente denotou-se uma série de transformações levadas a cabo pela burocracia estatal, que atingiram significativamente os setores sociais ligados ao mundo do trabalho, ao lado da intensa repressão a movimentos de oposição política.

Conforme pesquisas da autora Ângela de Castro Gomes (1999), durante todo o Estado Novo quando o Estado se voltava para os homens, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. “Era pela família que o Estado chegava aos homens e este chegava ao Estado” a família era então considerado a célula política primária da Nação. Em 1940, o governo assinou o decreto-lei n 2024, que inicialmente tinha como tema a coordenação das atividades relativas a proteção a maternidade, a infância e a adolescência, com a finalidade de criar mais um órgão administrativo federal, o Departamento Nacional da criança que ficaria subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Para Schwartzman (1982) em sua aparência modesta, o decreto buscava esconder o resultado de projeto muito mais ambicioso, com o pretexto de dar proteção a família brasileira, a lei faria profundas mudanças no cotidiano de homens e mulheres do país. Em relação à política de previdência social, ao papel da mulher na sociedade, à educação e ate eventualmente, em relação à politica populacional do país.

Cabe ressaltar, que ao mesmo tempo que estipulada o papel das mulheres na sociedade o decreto também atribuía novos valores aos homens, o documento nos permite compreender uma visão geral das mentalidades que circulavam nos altos escalões do governo brasileiro. O texto inicial do decreto-lei do documento que ficou conhecido como Estatuto da Família, oriundo do Ministério Capanema, não chegou a ser publicado, antes mesmo sofreu duras críticas e outros pareceres foram elaborados o que constituiu na criação de Comissão Nacional de Proteção da Família.

O Estatuto proposto por Capanema foi um documento doutrinário que busca combinar dois principais pensamentos que para seu relator eram indissociáveis, primeiro a necessidade de garantir o aumento da população do país e segundo uma vez criadas as famílias criavam-se a necessidade de consolidar e proteger as famílias em sua base estrutural, uma base patriarcal.

A família era tratada como base para a politica demográfica e ao mesmo tempo como promotora de inspirações de estímulos morais adequados.

A moral e a conveniência estão, por conseguinte, totalmente conjugadas. A família é definida como uma "comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência", e por isto considerada como "o primeiro fundamento da Nação". Seria um equívoco pensar, no entanto, que ela de fato "fundasse" o Estado, ou tivesse, de alguma forma, precedência sobre ele. Ao contrário, à família é vista como uma planta tenra, bastante vulnerável e sob a ameaça constante de corrupção e degradação. É por isto que ela é colocada sob a tutela e "a proteção especial do Estado, que velará pela sua formação, pelo seu desenvolvimento, pela sua segurança e pela sua honra". Daí uma série de corolários inevitáveis que são explicitados no projeto. (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72)

Uma das primeiras medidas foi facilitar o casamento, o casamento é incentivado por empréstimos matrimoniais, impostos são propostos para solteiros e casados ou viúvos sem filho, e um abono foi sugerido para recompensar financeiramente as famílias de prole numerosa. Outras medidas constantes do Estatuto incluem o amparo à maternidade através da subvenção a instituições de assistência na área privada, o amparo à infância e à adolescência, a proteção legal aos filhos ilegítimos, e a concessão de prêmios de núpcias, de natalidade, de boa criação e outros. Não falta, no projeto, a criação do Dia Nacional da Família.

Ao referir especificamente ao mercado de trabalho, o Estatuto previa que os homens pais de família tivessem a preferência em investidas e acesso a cargos e funções públicas em competição com solteiros ou casados sem filhos. E as mulheres deveriam ser admitidas somente em empregos próprios a sua natureza, tendo do que se poderia permitir na conveniência familiar. Essa divisão do trabalho sem gênero feminino e masculino estava ligada muito fortemente na absoluta divisão de papéis e de responsabilidades advindas do casamento.

Um dos pontos que mais chamam a atenção no documento é que ao se referir a Educação o estado previu que as crianças deveriam ser educadas para construção da família, os meninos deveriam ser educados de modo que ao se tornarem capacitados para chefiarem as famílias

O Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa. (ESTATUTO DA FAMÍLIA, Artigo 13).

Nicholson (2000, p. 35) sugere que ao pensarmos no sentido e conceito de mulher e também de homem, devemos compreendê-los como uma palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características. Esta divisão de papéis precisava, evidentemente, ser garantida e protegida. Para isto, seria necessário fortalecer a comunidade familiar, quer pela elevação da autoridade do chefe de família, quer pela maior solidificação dos laços conjugais, quer pela mais extensa e imperiosa obrigação de assistência espiritual e material dentro do núcleo familiar.

Seguindo uma das características do governo Vargas, já mencionada, o controle das comunicações. O estatuto previa que

O estado impedirá que, pela cátedra, pelo livro, pela imprensa periódica, pelo cinema, pelo teatro e pelo rádio, ou ainda por qual quer meio de divulgação, se faça, direta ou indiretamente, toda e qualquer propaganda contra o instituto da família ou destinada a estabelecer restrições à sua capacidade de proliferação. (ESTATUTO DA FAMÍLIA, ART 15).

Schwartzman (1982) ao pesquisar sobre o mesmo documento afirma que para o governo não basta proibir, era necessário incentivar, o Estatuto estabelecia para o Estado a responsabilidade de favorecer, "de modo especial, o desenvolvimento das letras e das artes dignamente inspiradas no problema e na existência familiar, e utilizará os diferentes processos de propaganda para criar, em todos os meios, o clima moral propício à formação, à duração, à fecundidade e ao prestígio das famílias". O casamento incentivado, a prole numerosa premiada, a mulher presa ao lar e condicionada ao casamento, a chefia paterna reforçada, a censura moral estabelecida em todos os níveis, as letras e as artes condicionadas pela propaganda governamental: tal é o projeto que saia do Ministério da Educação e Saúde.

2.2 O HOMEM SELF-MADE E O HOMEM CIDADÃO DO ESTADO NOVO NO BRASIL

Em a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas, publicado no Brasil pela revista *Horizonte Antropológicos* em 1998 de autoria de Michael Kimmel o autor ao discorrer sobre a produção simultânea de masculinidades, salienta que o homem Self-Made veio desmontar as antigas representações de ser homem, o autor diz que

Self-Made Man tinha que desmontar duas definições anteriores de masculinidade, o Patriarca Gentil e o Artesão Heróico. O Patriarca Gentil foi redefinido como um pavão europeu afetado, uma "bichi-nha" do século XIX. "O verdadeiro homem americano era vigoroso, másculo e direto, não era afetado e corrupto como os europeus", escreve um historiador. "Ele era simples ao invés de ornamentado, buscava dificuldades e aventuras, ao invés do luxo, um homem comum amante da liberdade ou um cavalheiro natural, ao invés do opressor aristocrata". E o Artesão Heróico tornou-se, no decorrer do século XIX, o trabalhador comum, a mão-de-obra, uma peça da máquina. Foi-se a sua autonomia e o orgulho de habilidade manual; agora ele era dependente, indefeso e quase não era mais um homem. (KIMMEL, 1998, p. 115).

O Estado Novo, ao definir novos padrões de convivência e conduta durante o regime, construiu no país uma nova representação do que era ser homem, o homem cidadão do Estado do Novo. Desmontando antigas formas de representações do masculino brasileiro, fazendo ligações da figura masculina com o trabalho, ao moderno- urbano e a família. Desconsiderando qualquer forma de diversidade cultural dos costume e hábitos culturais do homem brasileiro.

As Masculinidades produzidas durante o período da pesquisa, pode ser compreendida como um projeto construído e sustentado coletivamente por homens e mulheres submetidos ao regime de Getúlio Vargas. Embora tenha afetado diretamente aos homens, essas produções atingiram o modo de viver de mulheres, sobre tudo no aspecto trabalho, seja inserção de mulheres no mundo do trabalho, as quais eram destinadas, a atividade ligadas a maternidade, cuidado e administração da casa, com o objetivo que estas ajudassem aos homens em sua tarefa de serem chefes de família.

Conforme estudos de Eccel e Grisci (2011, p. 71) as masculinidades entendidas como um projeto construído e sustentado em contextos específicos, afetam tanto homens e também mulheres, as mulheres para esses autores são atingidas sobretudo no mundo do trabalho, seja na inserção, ou mesmo como elas representam os ideias de masculinos em seus discursos, na valorização que atribuem ou não às diferentes masculinidades.

Tanto as mulheres quanto os homens durante o Estado Novo, foram submetidos a um regime de governo que produzia uma masculinidade hegemônica, que rejeitava o homem do campo colocando-o em condição de incapaz, burgo e desatualizado que necessitava de ser tutelado pelo Estado para que fosse capaz de produzir riquezas. A representação hegemônica criada pelo regime era de homem brasileiro detentor do poder, estudado insaciável pelo seus desejos, a modernidade e o desenvolvimento do país e esta representação estava ligada diretamente ao urbano.

Qualquer ligação do homem com o ócio e atividade culturais que estivessem fora do mercado foi negado ao homem cidadão do Estado Novo do Brasil, este deveria pelo trabalho contribuir junto com o governo para o desenvolvimento do seu país ao lado de sua esposa e de preferência com muitos filhos. O homem cidadão do Estado Novo carrega com consigo os pilares ideológicos do regime. Nação, família e modernidade.

É com essa definição de Masculinidade Hegemônica criada pelo regime e materializada por homens e mulheres que aderirão a ideologia, passamos para o próximo capítulo dessa dissertação onde analisaremos a presença masculinidade no magistério

primário público matogrossense para posteriormente analisarmos as masculinidades subalternas materializadas nas práticas docentes dos professores.

3 O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO MASCULINO

O magistério público primário exercido por homens e mulheres durante o Estado Novo em Mato Grosso, existia em meio a mandos e desmandos do governo e mudanças regionais, o Estado Novo marcou balizas substanciais na educação. O Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso (MATO GROSSO, 1927) enquanto legislação direcionava o funcionamento das instituições escolares e o exercício dos docentes do período em Mato Grosso.

3.1 O ENSINO PRIMÁRIO EM MATO GROSSO

Todas essas mudanças advindas do regime do Estado Novo, repercutiram em Mato Grosso em novos comando em áreas como a cultura e a educação que colaboravam com as tentativas de Vargas em criar novas diretrizes de comportamento na sociedade. Foi criada um novo sistema de ensino público controlado oficialmente pelo governo, com o objetivo de centralizar a formação escolar e ampliar o acesso as classes as populares, não porque o governo era caridoso e desejava oferecer uma educação pública de qualidade a todos, mais sim porque com a difusão da instrução básica, o regime acreditava que poderia oportunizar formas de criação homens mais conscientes e aptos aos compromissos com a nação, como por exemplos suas obrigações em atender aos pedidos e direcionamentos do regime com eficácia.

Cabia aos professores não só ensinar os conhecimentos e noções das áreas do saber, atribuíam-lhe o pesar de ensinar aos seus alunos e alunas o respeito e a devoção aos regimes do Estado Novo, nas palavras de Getúlio.

A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico, infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil. (MENSAGEM DE GETÚLIO VARGAS, 1943).

O fato também pode ser encontrado nas mensagens contidas no material escolar impresso e utilizado no período, onde aparece a figura de Getúlio Vargas junto a crianças contendo a seguinte mensagem de abertura do material

Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas, o culto a pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro.

Imagem 3 - Cartilha para crianças de Getúlio Vargas



Fonte: FGV

Santos (2009, p. 511) também afirma em suas pesquisas que a campanha de nacionalização por meio da educação escolar foi uma das marcas do projeto de governo na era Vargas em especial durante o Estado Novo (1937-1945). O gosto pelo nacionalismo, em função da qual as práticas educativas nas escolas teriam um papel essencial: “fazer das crianças e dos jovens os autênticos brasileiros necessários à nação em construção. Esse propósito foi também embasado por uma legislação educacional cujo conteúdo enfatizou as políticas de cunho nacionalizador”.

No período foram realizadas grande mudanças educacionais com: a criação, dentre outros, do Conselho Nacional de Educação (1931), Plano Nacional de Educação (1937) e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938); a reorientação enfática do aparelho educacional resultando na criação das universidades brasileiras articuladamente à fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, responsáveis pela elevação do nível dos chamados "estudos sociais" - antropologia, história, política; a criação das chamadas "leis orgânicas" editadas ou elaboradas durante a vigência do Estado Novo e destinadas a reformar diferentes modalidades de ensino, a saber: industrial, comercial e secundário - modalidade de ensino idealizada como espinha dorsal do escolar aparelho escolar; e também as "leis orgânicas" editadas em 1946 e reformadoras do ensino primário, normal e agrícola (MONARCHA, 1999, p. 59).

Em novembro de 1938, em razão do decreto - lei n. 868, criou-se a Comissão Nacional do Ensino Primário. Na exposição de motivos que acompanhou o decreto-lei, apresentada pelo Ministro de Gustavo Capanema⁵, justificou a criação da Comissão como uma necessidade para mudar a política educacional realizada, expondo três razões que determinaram a interferência do federal nos mandos dos estados e municípios. Segundo as

⁵Capanema foi um dos signatários, a ação do Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo caráter fortemente centralizador e autoritário do novo regime. Segundo Anísio Teixeira, “o ministério transformou-se durante o período estado-novista no organismo central de controle e fiscalização da educação, em tudo equivalente a um cartório nacional”. Conforme palavras do próprio Capanema, em dezembro de 1937, a educação deveria constituir-se num dos “instrumentos do Estado e reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formaram a base ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”. Valores e atitudes como “o amor à Pátria, o sereno otimismo quanto ao poder e o destino de nossa raça” tornaram-se recorrentes no discurso pedagógico dos ideólogos do Estado Novo e dos compêndios escolares, submetidos a partir de dezembro de 1938 ao prévio exame da Comissão Nacional do Livro Didático. Dentro da atmosfera de nacionalismo que presidiu a concepção do novo regime, foram nacionalizadas mais de duas mil escolas nos núcleos de colonização alemã particularmente no Sul do país e sobretudo depois de 1942, quando o Brasil rompeu relações e declarou guerra à Alemanha.

No campo da cultura, a gestão de Capanema assinalou a criação de dois órgãos de destacada atuação ao longo do Estado Novo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro, fundados em novembro e dezembro de 1937, respectivamente. (CPDOC, 2019).

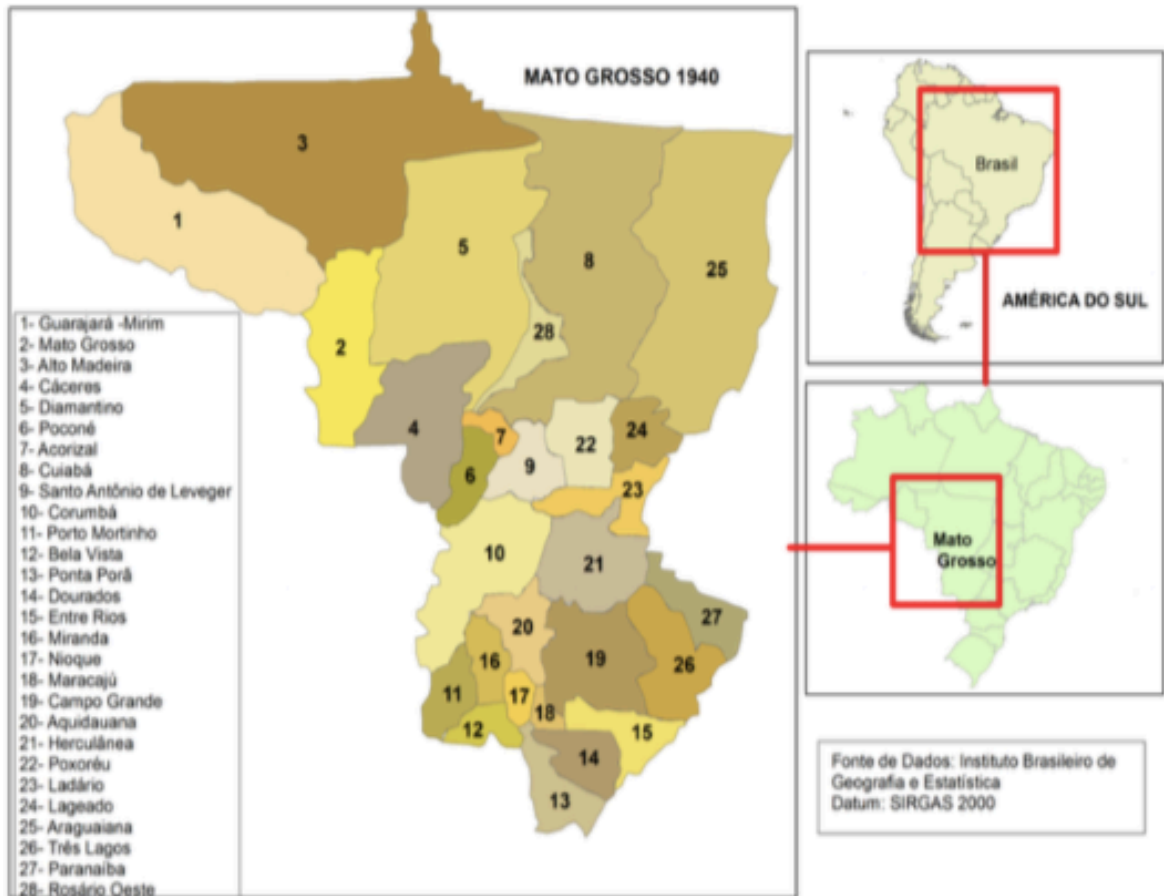
alegações do Ministro: Pela persistência de cifras deprimentes de analfabetismo; Em decorrência da desnacionalização que a escola primária estrangeiras realizavam sobre a criança brasileira. Por fim dizendo que: “o ensino primário ora ministrado nem sempre se reveste das qualidades essenciais a esta modalidade de educação, e está destituído da unidade intelectual e moral que precisa ter.” (ROCHA, 2000, p. 74).

No campo da cultura, a gestão de Capanema assinalou a criação de dois órgãos de destacada atuação ao longo do Estado Novo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro, fundados em novembro e dezembro de 1937, respectivamente.

Cabe lembrar que em 1934, na Constituição, o governo Vargas já havia centralizado o ensino sobre os cuidados dos Estados, no entanto, o regime não havia legislado sobre o ensino nível primário, somente sobre os ensinos secundários e universidades. Durante o do Estado Novo o ensino primário foi controlado a partir dos Estados e suas regulamentações. Em Mato Grosso não foi diferente. Conforme os autores Sá e Sá (2011, p. 201) no estado com a finalidade de reorganizar o ensino na pessoa de Mário Corrêa da Costa, o presidente do estado nomeou uma comissão reformista, composta por intelectuais do período que estavam ligados a educação, eram eles “o diretor da Instrução Pública diretor da Instrução, Dr. Cesário Alves da Costa, os professores Jayme Joaquim de Carvalho, Isaac Póvoas, Julio Muller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogônio de Paula Corrêa, Fernando Leite de Campos, Nilo Póvoas e Alcino de Carvalho”.

O estado durante o período delimitado na pesquisa tinha como território uma área de 1.477.041 km distribuídos em 28 municípios. A autora Thalita Pavani Vargas de Castro ao pesquisar sobre o direito a educação da infância rural mato-grossense apresenta o seguinte mapa, que possibilita visualizar os limites do estado e a distribuição do município na extenso território do estado.

Mapa 1 - Mato Grosso



Fonte: Castro (2018, p 29)

A extensa área territorial do Estado dificultava por muitas vezes a fiscalização, arrecadação de impostos e a efetividade do funcionamento dos serviços públicos como o da educação fato que iremos explorar com maior especificidade posteriormente nesse capítulo. Conforme pesquisas das autoras Sá e Furtado (2018, p. 231) a população do estado vivia com pouca ou nenhuma infraestrutura, e em 1937 poucos municípios tinham iluminação as algumas ruas apesar da chegada da eletricidade ainda eram iluminadas a querosene, o tratamento e o acesso a água potável era encontrada apenas em 5 municípios, os serviços de limpeza pública era realizado em poucos municípios o que segundo os autores justificava diversos relatos de insalubridade das principais ruas da Capital, Cuiabá.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950) eram distribuídos nesse vasto território 381.072 habitantes, como pode ser conferido no quadro a seguir, com o auxílio do mapa, as grandes concentrações de habitantes estavam presentes na porção sul do estado com exceção da capital Cuiabá.

Quadro 1 - População dos municípios de Mato Grosso – 1940

Município	População
Aquidauana	15.420
Araguaiana	3.888
Bela Vista	13.233
Campo Grande	30.685
Corumbá	28.640
Coxim	12.887
Cuiabá	48.857
Diamantino	6.000
Dourados	14.455
Entre Rios	10.266
Guajará Mirim	8.762
Livramento	10.675
Maracaju	8.693
Mato Grosso	1.894
Miranda	10.707
Nioaque	5.749
Poconé	11.130
Ponta Porã	26.168
Porto Murtinho	5.631
Rosário Oeste	12.876
Santana do Paranaíba	15.399
Santa Rita do Araguaia	13.392
Santo Antônio do Rio Abaixo	21.533
Santo Antônio do Rio Madeira	14.167
São Luís de Cáceres	15.713
Três Lagoas	14.252
Total	381.072

Fonte: IBGE (1940).

No estado vigorou o Regulamento da Instrução Pública promulgado através do Decreto nº759, de 22 de abril de 1927, delineando a Instrução Pública “gratuita e obrigatória a

todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até 2 quilômetros de escola pública”, podendo ser ministrados em escolas isoladas rurais, urbanas, noturnas, reunidas e em grupos escolares (MATO GROSSO, 1927, p. 1). O regulamento apresentava as seguintes definições quanto às instituições escolares:

Quadro 2 - Modalidades escolares Conforme Regulamento (1927)

ESCOLA ISOLADA RURAL	A escola isolada rural tem por fim ministrar a instrução primária rudimentar. E localizada a mais de 3 quilômetros da sede do municipal. Constava em seu programa o ensino de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente do Estado de Mato Grosso, noções de higiene. A duração do curso era de dois.
ESCOLA URBANA	A escola isolada é urbana quando localizada num raio de 3 quilômetro da sede do município. A duração do seu curso, é de 3 anos e o programa do ensino, nos dois primeiros anos, igual ao das escolas rurais. A duração do curso pode ser estendida para quatro anos, saindo o aluno portador de um certificado do ensino primário.
CURSO NOTURNO	Funcionavam em semelhança as escolas isoladas urbanas destinando seu funcionamento aos meninos maiores de 12 anos, que forem impossibilitados de frequentar as escolas diurnas.
ESCOLAS REUNIDAS	Quando num raio de 2 quilômetros funcionarem três ou mais escolas isoladas, com a frequência total mínima de 80 alunos, elas poderão ser reunidas em um só estabelecimento, que receberá a denominação de “Escolas Reunidas”. As escolas reunidas tinham no mínimo 28 alunos em cada classe, fundindo-se numa só classe dois ou mais anos de curso, ou formando-se num só classe quando o número de alunos matriculados for suficiente para a separação em classes distintas. A duração do curso é de 3 anos, qual poderá ser elevada para quatro, consultando assim o interesse do ensino primário.
GRUPOS ESCOLARES	São criados onde houvessem, pelo menos num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar. A duração do curso era de quatro anos e o programa de ensino tinha o mais amplo desenvolvimento do que as demais escolas.

Fonte: Mato Grosso (1927, p. 1)

Segundo Furtado, Schelbauer e Sá (2015, p. 112), as escolas rurais até 1927 pertenciam ao conjunto de instituições educativas denominadas escolas isoladas, que tinham o objetivo de ministrar a instrução pública para as crianças de 7 a 12 anos de idade. Essas escolas eram consideradas as que representavam a parte educacional que não produzia resultado, uma vez que apresentavam dados insatisfatórios quanto a instrução oferecida. Estudos realizados pela autora Silva (2018, p. 66) apontam que o estado usou a legislação do regulamento como um mecanismo de defesa para limitar o atendimento escolar as crianças em idade escolar e a obrigatoriedade do governo em oferecer a educação escolar.

De acordo com dados observados nos relatórios dos interventores do Estado de Mato Grosso e no livro de Movimento Escolas 1938, podemos ver que durante os anos de 1941 a instrução primária pública era ofertada nas seguintes formas.

Quadro 3 - Demonstrativo do ensino primário no Estado de Mato Grosso 1938

Modalidades	Número de escolas em funcionamento
Grupos Escolares	18
Escolas Reunidas	22
Escolas Rurais	126
Escolas Urbanas	19
Escolas Noturnas	1
Escolas Distritais	52
Escolas Ambulantes	-
Escolas Regimentais	112

Fonte: APMT- Movimento Escolar de 1938

3.2 O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E A PRESENÇA DE PROFESSORES HOMENS

Para tratarmos do magistério primário como área masculina requer reanalisemos dois pontos bastante discutido nessa área. Primeiro é que diversos autores defendem que historicamente o magistério, foi uma função pública exercida inicialmente apenas por homens, já que estes eram os únicos letrados e tinham acesso aos estudos e a área se

feminizou ao longo do século XX. E segundo com o deslocamento dos homens para o ensino secundário ou cargos gestão, com melhor remuneração e prestígio, o campo do trabalho no magistério primário ficou tipicamente ligado ao feminino como se naturalmente a educação primária fosse uma coisa de mulher.

O processo de feminilização da profissão docente, aqui pensado especialmente para o ensino primário de escolarização, é frequente associado apenas ao ingresso de mulheres no magistério. A mudança na composição no perfil sexual dos profissionais docentes primários é sem dúvida um objeto de importância científica e muito fortemente já pesquisado e documentado. É tema das relações de gênero que busca desvendar as complexas articulações das mudanças sociais e educacionais. Entretanto, ao lidar com o tema apenas como uma mudança de composição sexual do corpo dos docentes significa deixar de lado um processo de profundas transformação nos significados sociais atribuídos a homens e mulheres.

Muitas vezes quando passamos a analisar o magistério primário fazendo a ligação do homem apenas com o magistério secundário e aos cargos de gestão e não ao magistério primário colocando o trabalho docente em situação binária separando o trabalho para o homem e outro para a mulher. Falar de masculinidades é discutir essa relação de gênero com um outro olhar.

As masculinidades não são equivalentes aos homens; elas dizem respeito a como existem a posição dos homens em uma ordem de gênero. Elas podem ser definidas como os padrões de prática pelos quais as pessoas – homens e mulheres, embora predominantemente homens ocupam essa posição. (CONNELL, 2013). As masculinidades desconstruem essa ideia que muito tempo vem sendo utilizada do binário, não buscamos nessa pesquisa discutir o papel do homem e da mulher em relação de oposição fortes-fracas, administradores-cuidadoras mais sim revelar quais as masculinidades envolvidas nas práticas de professores e professoras que exerceram a docência no ensino primário público em Mato Grosso durante o período do Estado Novo. Conforme Scott (1995, p. 75) todo estudo de gênero implica em estudarmos os homens e as mulheres e a construção histórico cultural existente sobre suas relações na sociedade.

Em Mato Grosso o magistério primário masculino pode ser percebido de diferentes ângulos e formas dependendo de qual documentos analisarmos e quem foi seu produtor, estado - governo, professores, inspetores e de qual lugar social ele o emitiu, Michel Certau ao escrever sua obra *A Escrita da história*, define esse lugar social dizendo que: toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 45).

Segundo o artigo .96 do Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso de 1927, os professores públicos primários do Estado de Mato Grosso eram classificados em efetivos, interinos e substitutos e só poderiam ser nomeados professores efetivos ou substitutos os normalistas diplomados no Estado. Cabia a nomeação dos professores será realizada pela Secretaria do Interior, Justiça e finanças com aprovação do Presidente de Estado através de portarias.

Ao estudar sobre a profissão docente a nacionalização e construção da identidade de professoras, a pesquisadora Bastos (1994, p. 136) ajuda a entender que a atividade docente era vislumbrada como uma obra das mais divinas que a humanidade poderia exercer e exigia dessa forma uma postura de doação, sacrifício, abnegação como se os professores fossem “sacerdotes da Educação”. Como deveres dos docentes, ainda segundo o regulamento, esperava-se que eles fossem capazes de desenvolver ações que envolviam desde uma conduta geral como ser assíduo e pontual a responsabilidades administrativas e culturais como matriculas os alunos, franquear as escolas e promover eventos cívicos.

Quadro 4 - Deveres dos professores primários Mato-grossenses Conforme o Regulamento da Instrução Público (1927)

Professores em geral	Ser assíduo e pontual; Obedecer aos horários e aos programas; Acatar e cumprir as instruções das autoridades superiores, relativas ao ensino; Observar os métodos oficializados; Manter a disciplina dos seus alunos; Escriturar os livros, mapas ou boletins que lhe competirem; Justificar, perante a imediata autoridade do ensino, as suas faltas de comparecimento; Comparecer à escola 10 minutos antes da hora regulamentar, a fim de preparar a sua sala de aula; Dar exemplo de urbanidade, respeito à autoridade, moralidade e civismo; Encaminhar as suas petições por intermédio da autoridade competente; Zelar do material escolar e do mobiliário a seu cargo; Aplicar com moderação e critério, as penalidades da sua
----------------------	--

	<p>competência;</p> <p>Propor à autoridade competente o que julgar a bem do ensino;</p> <p>Matricular os alunos da sua classe e proceder à chamada diária, antes do início das aulas</p>
Professores de grupos escolares e escolas reunidas	<p>Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens do diretor, relativas ao ensino;</p> <p>Reger a classe que lhe for determinada;</p> <p>Exercer vigilância nos recreios na forma e hora que o diretor determinar, comparecendo à escola 30 minutos antes do horário regulamentar, quando lhe couber fiscalizar aos alunos, antes do início das aulas;</p> <p>Assinar ponto diário, antes do início das aulas;</p> <p>Receber a sua classe no pátio do recreio e acompanhá-la à sala de aula, na forma prescrita pelo diretor;</p> <p>Auxiliar o diretor na organização e realização das festas escolares;</p> <p>Comparecer às reuniões convocadas pelo diretor e tomar parte nas palestras pedagógicas por este organizadas;</p> <p>Auxiliar o diretor no serviço de recenseamento escolar</p>
Professores escolas isoladas	<p>Acatar e cumprir as instruções e ordens do inspetor distrital, referentes ao ensino:</p> <p>Levantar o recenseamento no seu perímetro escolar, de acordo com as instruções do diretor geral da instrução;</p> <p>Franquear a escola e os livros de escrituração às visitas das autoridades;</p> <p>Promover festas cívicas de acordo com o inspetor distrital.</p>

Fonte: Mato Grosso (1927, p. 1).

Segundo dados Organização didática e movimento escolar do Estado de Mato Grosso do ano de 1939. O corpo docente das instituições educacionais públicas entre escolas entre Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Rurais, Escolas Noturnas, Escolas Distritais e Escolas Regimentais era composto por 714 profissionais, sendo destes 145 professores homens. Evidenciando assim a presença masculina no magistério primário. Mesmo em menor quantidade que a proporção feminina os professores homens estavam presentes em

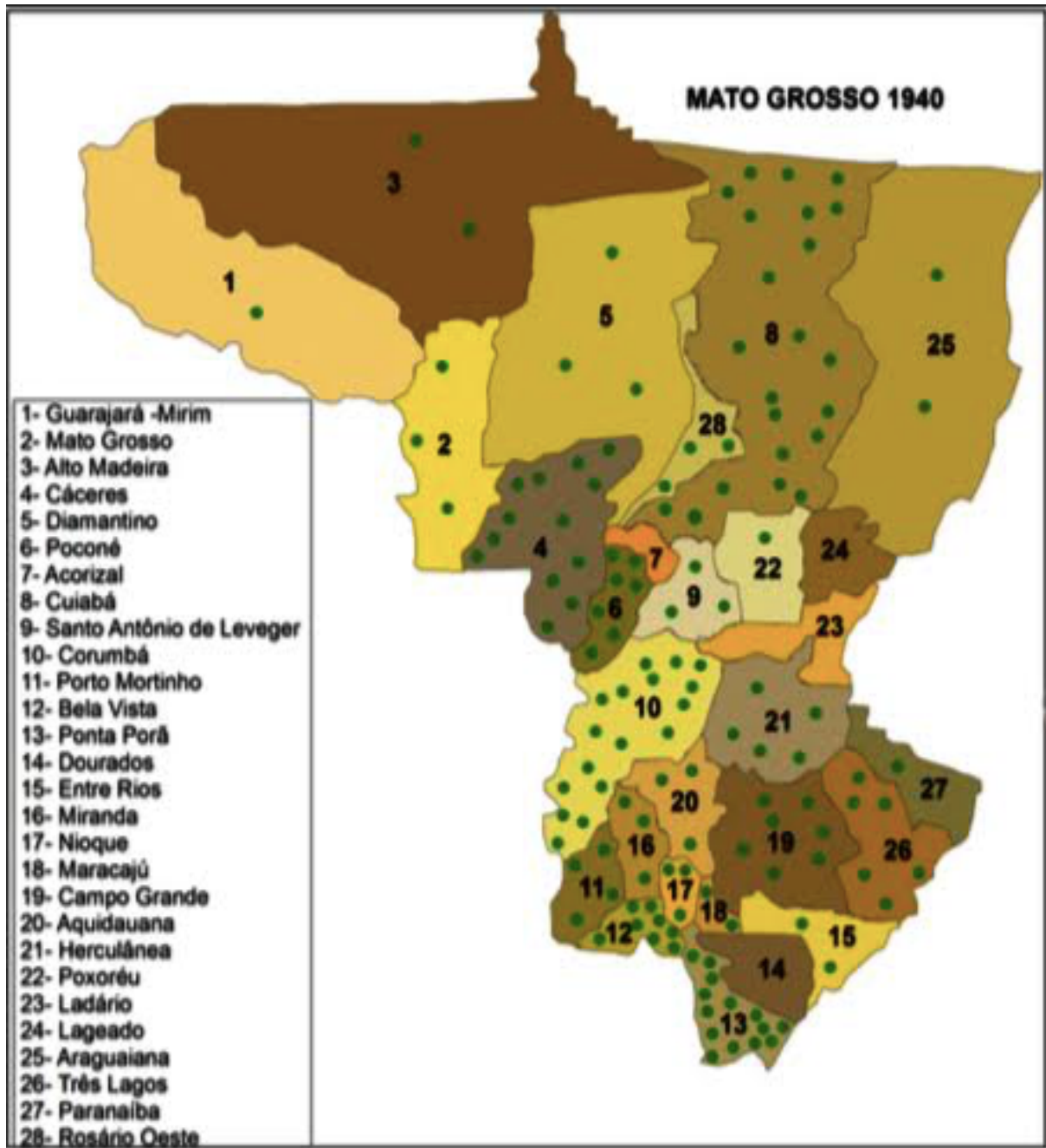
vinte sete municípios do Estado Mato Grosso. Como pode ser observado no mapa a presença masculina existiu.

Quadro 5 - Corpo docente no Estado de Mato Grosso (1939)

Local	Total de escolas	Normalista	Leigos	Homens
Alta Araguaia	14	2	12	3
Alto Madeira	4	-	4	2
Aquidauana	36	15	21	3
Araguaiana	6	-	6	2
Bela Vista	23	2	21	8
Campo Grande	116	9	14	7
Cáceres	23	91	25	13
Corumbá	56	21	35	17
Cuiabá	163	116	47	22
Diamantino	8	2	6	3
Dourados	8	-	8	4
Entre Rios	6	-	6	2
Guajará Mirim	13	1	13	1
Herculanea	16	2	15	5
Lageado	6	4	2	-
Livramento	15	8	15	3
Maracajú	11	3	11	2
Mato Grosso	4	-	4	3
Miranda	15	6	15	3
Nioque	5	-	5	3
Paranaíba	6	5	6	1
Poconé	27	15	27	7
Ponta Porã	28	7	28	14
Porto Murтинho	13	1	13	4
Poxoréu	8	6	8	1
Rosário Oeste	23	12	23	3
Santo Antonio	30	18	27	3
Três Lagoas	31	13	29	6
Total	714	359	685	145

Fonte: APMT (1940)

Mapa 2 - Presença de professores homens no Estado de Mato Grosso (1939)



Fonte: Autoria própria.

Ao analisarmos os documentos do movimento escolar de 1939 a 1941 encontrados durante a pesquisa, encontramos vestígios dessa presença masculina em pedidos de licença, requerimento de matérias, transferências, comunicado de abertura e fechados de salas e também documento comprovatório de também pedidos de aposentadoria.

Quadro 6 - Presença de professores homens no Estado de Mato Grosso (1939)

Germano de Amorim
Luiz Laurino Leite
Alfredo Serejo
Leopoldo Ambrosio Filho
Felippe Octariano San't Anna
Cypriano da Costa Campos
Julio Veigas Muniz
Achilles Rondon
Carlos Nunes Guimarães
Francisco Nunes Siqueira
Agostinho Simplício de Figueiredo
Joaquim Melaido de Souza
Eduardo Malhado
Americo Pinto Brazil
João de Cunha Abreu
Victorino José Ventura
Virginio Ferreira Magalhães
Ladislau Rozas
Arlindo de Souza
Agostinho Costa
João Tessitori Junior
Benjamim Francisco da Guia
Octávio Cassiano da Silva
Djalma Anthero de Mattos
Levindo Luiz de Amorim
João Calixto Bernardes
Rubens Segre Ferreira
Antônio Balbino da Cunha
Feleciano Galdine de Barros
Evaristo Rodrigues das Neves
Alfredo Lustosa da Cunha

Tertuliano Henrique Leite
Ascindino Manoel de Carvalho
Martiniano Quadros
Rubens Paes de Barros
Paulino Antunes Maciel
João Francisco da Silva
Rogério Rodrigues das Neves
Evaristo Rodrigues Villas Boas
João Lemes
João Tocantins
Juvenal da Costa
Henrique da Costa
Antônio de Lima
Virginio Barros
Antônio Passos
Amaro Anrônio da Costa
João Ferreira da Costa Filho
Candido Francisco Peres
Pe. São Batista
Apolonio de Arruda
Marcello Cruz
Miguel da Silva
Luis de Souza
Henrique da Costa Neves
Nicanor de Barros
Cantidio Peres
Emilio Rodrigues de Amorim

Fonte: APMT

No capítulo seguinte direcionamos o nosso olhar para as práticas masculinizantes produzidas por alguns desses professores.

4 OS PROFESSORES PRIMÁRIO HOMENS E SUAS PRÁTICAS MASCULIZANTES

Quando o ideal de homem foi criado, no regime do Estado Novo, ele surgiu em um contexto de oposição a “outros” como vimos no capítulo primeiro dessa pesquisa, os outros tinham sua masculinidade problematizada e desvalorizada. O hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros. Este terceiro capítulo busca analisar as produções simultâneas de Masculinidades vivenciadas por homens professores que lecionavam no magistério público primário em Mato Grosso durante o Estado Novo.

4.1 AS PRODUÇÕES SIMULTÂNEAS DE MASCULINIDADES

Segundo Kimmel (1998) sobre a relação simultânea das masculinidades hegemônicas e subalternas, quando entendida como uma construção social as masculinidades variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam também em meio a uma só cultura e no curso da vida. Isso implica entendermos que a masculinidades não são estáticas e universais, mais um conjunto de significados e comportamentos fluidos. Ao mesmo tempo em que o regime de Vargas criava uma masculinidade do homem ideal, trabalhador, chefe de família e urbano moderno. Professores homens que dedicavam suas vidas ao trabalho no magistério primário mato-grossenses criavam novas formas de masculinidades, produzidas simultaneamente.

O Estado Novo enquanto um regime ditatorial trouxe consigo transformações vivenciadas pelos principais centros urbanos brasileiros, em Mato Grosso, esse período ficou marcado por diversas mudanças no governo do Estado. A busca do Estado Novo por uma regime de unificação nacional, acarretou um discurso de modernização no Estado em especial em sua capital, Cuiabá. Um ideal de uma cidade moderno foi sobreposto a ruralidade costumeira dos mato-grossenses. Assim o comportamento de homens e mulheres procuravam-se adequar a um ideal de cidade determinado.

Podemos considerar que a modernidade não se encontrava presente apenas nos discursos, documentos, pronunciamentos do governo. Esta estava marcada nos corpos de homens e mulheres submetidos ao regime na busca incessante pela modernidade, seja nas grandes mudanças urbanas, seja no comportamento e discursos dos brasileiros. Modernizar o

espaço urbano e adequar seus habitantes fazia parte de manutenção do status de capital do governo.

Conforme pesquisas Machado e Seffner (2013, p 358) esse período marcado pela essa busca obsessiva pela modernidades, trouxe novas condutas destinadas ao corpo masculino brasileiro, condutas mais adequadas aos valores que a passaram a reger a convivência social, tais como a higienização nos hábitos , a submissão estreita ao tempo cronometrado, a contenção dos impulsos de violência e sexualidade, a disciplinarização dos mais sutis comportamentos. Ia sendo construída, assim, a ideia de que o tipo masculino ideal era infalível, pontual e correto em todas as posturas, em condições de tornar-se o perfeito empresário, funcionário, operário, pai, mestre, amigo e esposo. “um homem bom” para um Estado Novo e bom.

O homem como representante do progresso e modernização do Estado Novo, como o detentor do poder, capaz de realizar a mudança no país. Provocou alterações no espaço social e no espaço privado dos homens brasileiros, como visto no capítulo um desta dissertação, o governo utilizando o controle social produziu uma masculinidade hegemônica, que norteou o comportamento masculino e também feminino. Os homens brasileiros buscavam se aproximar desse homem ideal, quanto mais próximo desse ideal maior era a possibilidade de deter o capital simbólico que os tornavam capazes de obter ganhos econômicos e sociais com o regime, tal característica ajuda a promover a existência de um modelo hegemônico , os ganhos capitais, a demanda de mercado.

Embora alguns homens buscassem seguir esse modelo de homem ideal, de “ser homem” cabe ressaltar justamente por ser um modelo, um ideal, a maioria dos sujeitos reais tendem ter dificuldades em seguir completamente essa identidade masculina hegemônica a maioria dos homens são alocadas fora dessa identidade. Muitos homens são alocados fora dessa identidade e são vistos como portadores de uma masculinidade insuficiente ou imperfeita, como era o caso dos homens que carregassem alguma característica que não contribuísse com os ideias de modernidade do Estado Novo.

A inferiorização dessas identidades masculinas não as apagam, revelando a pluralidade das vivências masculinas que contem relações de poder, pela demanda do mercado e de diferenciações pela existência de múltiplas identidades masculinas em um mesmo espaço e período de histórico-cultural. Connell (2013) a relação de poder, é demarcada pelo ideal patriarcal, para a autora é inegavelmente que a ordem de gênero global seja pautada nos princípios do patriarcado no sentido de privilegiar os homens, configurando uma relação

desigual entre homens e mulheres . Contudo o acesso aos privilégios de gênero pelos homens não é igual para todos eles , algumas identidades masculinas se sobressaem a outras.

Durante o período de recorte dessa pesquisa, os homens que de alguma forma conseguiam atingir maior proximidade com o modelo hegemônico produzido pelo Estado Novo, obtinha privilégios por pertencer ao grupo masculino da sociedade, como benefícios financeiros, com a ajuda do governo homens pais de família poderiam ter maior facilidade para conseguir cargos em serviços públicos, maiores planos de carreira e benefícios de bonificação com maior frequência homens poderiam exercer cargos de influencia e liderança com a justificativa que estes nasciam com habilidades para desenvolver atividades administrativas. O homem possuía o status de representar o Estado Novo, ser o cidadão da modernidade, e se beneficiar com os privilégios de pertencer ao grupo que possuía o poder de decidir normas e padrões de viver no período.

Ao mesmo tempo em que homens, conquistavam os benefícios ao se ligarem a padrões da masculinidade hegemônica, eram -lhes impostos alguns deveres para que estes pudessem obter o capital simbólico advindo do status de ser um homem do Estado Novo. Um dos principais pontos estava em ser homem chefe de família, viril capaz de procriar, ter filhos. Contribuir com o continuidade da nação, fato que estava ligado diretamente com ser um homem saudável e higienizado. Logo esperava-se que o homem fosse fértil e conseqüente, heterossexual, o homem não apenas deveria obter ganhos financeiros através do trabalho para o sustento da família, ele deveria doar parte de seu corpo, para o desenvolvimento da família-nação, provando sua virilidade.

Outro ponto que o homens deveriam atingir, era o apressado pela modernidade. Uma das características principais do Estado Novo de Getúlio Vargas, estava em unificar o país e moderniza-lo. A unificação realizou modificações no sistema de governo e administração dos Estados brasileiros, com a finalidade de construir uma identidade nacional. Uma identidade que ao mesmo tempo fortificava o modelo de vida patriarcal colocando a família sobre a tutela do governo e pronuncia avanços da modernidade. Esta modernidade era concretizada, em mudanças que englobavam transformações estruturais nas cidades, modelos de industrialização, padronização e administrações de empresas, higienização da população, sistematização da administração pública e urbanização das cidades. Os homens como provedores da família-nação deveria estar ligado a estar características da modernidade, serem modernos, tanto na figura do homem estético, bem arrumado, higienizado, saudável, pronto para o trabalho uma figura se encaixasse ao cenário das cidades urbanizadas. Quanto o homem ético, capaz , pronto para o trabalho, seja o trabalho destinado aos homens de menos

poder econômico o de ajudar a construir e desenvolver as cidades ou mesmo aos homens da elite que deveriam ser estudados com o objetivo de contribuir para o desenvolvimentos de novos projetos para a nação.

Por atingirem aspectos subjetivos dos sujeitos a incorporação desse modelo de homem moderno do Estado Novo, de forma consciente ou inconsciente, não era um tarefa fácil. Uma vez que a subjetividade é construída por médio do registro social, levando em consideração dois movimentos, a individuação e singularização. A individuação é caracterizada pela repetição de modelos de vigentes de formas alienantes e a singularização é o processo de resistência a forcas externas. Conforme Foucault essa singularização funciona como um processo de resistência as forcas externas, promovendo por vezes um enfrentamento. (GRISCI E ECCEL, 2011, p 57).

A individualização atinge os homens por múltiplas frentes, como no caso dessa pesquisa pela o sentido de pertencimento ao grupo de homens capazes de se identificar com o modelo hegemônico do período, seja por vontade própria ou mesmo pela imposição do regime. Cabe ressaltar que o Estado Novo de maneira alienante como citado no capítulo um dessa dissertação submetia aos homens e mulheres a repetição dos princípios do governo, utilizando-se das mídias do perídios – em propagandas, pronunciamentos, decretos, livros e como vimos no capítulo dois até mesmo nos materiais escolares, o governo reforçava a importância do homem para o desenvolvimento da nação, realizando uma normalização dos sujeitos sobre o que era esperado que os homens fossem capazes de fazer e qual era sua importância.

Ainda segundo os autores Grisci e Eccel (2011, p 59) como citado por Foucault não existe somente possibilidade da existência apenas da individuação ou mesmo somente a singularização elas co-existem, dessa forma a possibilidade de resistência individuais e coletivas encontram e constroem novas maneiras de existir, sem que necessariamente os sujeitos devam romper com o sistema. Para eles as resistências em geral não se mostram com características totalmente diferentes , mas em pequenas modificações e adaptações , formas plurais, aqui consideramos as masculinidades e suas pluralidades (CONNELL, 2013) que se configuram em estilos difusos, irregulares que permitem a configuração de praticas sociais subjetivas, considerando a vida dos sujeitos como princípios éticos.

É ético, considerar que historicamente durante o Estado Novo, existiram homens que em suas subjetividades, produziam masculinidades subalternas, ou seja, masculinidades que não seguiam os padrões hegemônicos do período. Considerando a existência do processo simultâneo de produção das masculinidades e a possibilidade de resistência individuais e

coletivas sem a organização de um movimento de rompimento do sistema de organização, do governo. Podemos analisar as produções de masculinidades subalternas produzidas por professores homens que lecionavam para o ensino primário matogrossense durante o período.

4.2 AS PRODUÇÕES SUBALTERNAS PRODUÇÕES PELOS PROFESSORES HOMENS NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO PÚBLICO

Durante a análise da documentação encontrada dos professores homens que lecionavam no magistério primário, pequenas modificações e adaptações na identidade masculina do homem no Estado Novo foram encontradas, evidenciando a existência de uma produção de Masculinidade própria de homens que exerceram o magistério no Estado de Mato Grosso em áreas urbanas e rurais. A primeira dela esta ligada justamente na presença desses professores homens no magistério primário, a existência desses professores chama atenção ao considerarmos características opositoras a masculinidade hegemônica.

Como já discutimos esperasse que os homens, fossem capaz de produzir e sustentar uma família-nação, conforme a documentação encontrada os professores homens primários que lecionavam nas escolas primárias , recebiam o valor que não se diferenciava das professoras mulheres que trabalhavam nas mesmas funções , uma vez que o discurso do Estado Novo pregava que os homem fossem provedores e chefes de família, ao exercer o magistério primários estes homens não preenchiam essa demanda do masculinidade hegemônica de provedor financeiro . Foram encontradas inúmeras requerimentos e pedidos de pagamentos de salários atrasados, de homens e mulheres professores e diversos comprovante de pagamentos estes recebem salários mensais e também diversos episódios de pagamentos de meses acumulados.

Fotografia 1, podemos ver que o recebimento mensal do mês de Maio do professor Accyndino Manoel de Carvalho, o mesmo recebeu o valor 212 líquidos, do tesouro do Estado de Mato Grosso em 1937 , por lecionar na Escola Rural de Passa Três.

Fotografia 1 - Recibo salarial do Tesouro do Estado de Mato Grosso

Tesouro do Estado de Mato Grosso

Exercício de 19 37

Art. 1: Verba VI N. 1

Art. 108 do livro de pagamentos n. 5 assignou a Sr. *Magalhães*
Manoel de Carvalho a gratificação
 vencimentos que lhe compete como *prof. escola de Pessa Trus*
 relativos ao mês de *Maio* na importância de *215,00*

Comignações	\$
Diversas responsabilid.	\$
Adiantamentos	\$
Sello proporcional	\$
Emolumentos	\$
Gazeta Oficial	<i>25,00</i>
LIQUIDO RS. <i>212,50</i>	

10. JUN 1937

Tesouro do Estado em Cuiabá, 10 de *Junho* de 19 37

Manoel de Carvalho *Magalhães*

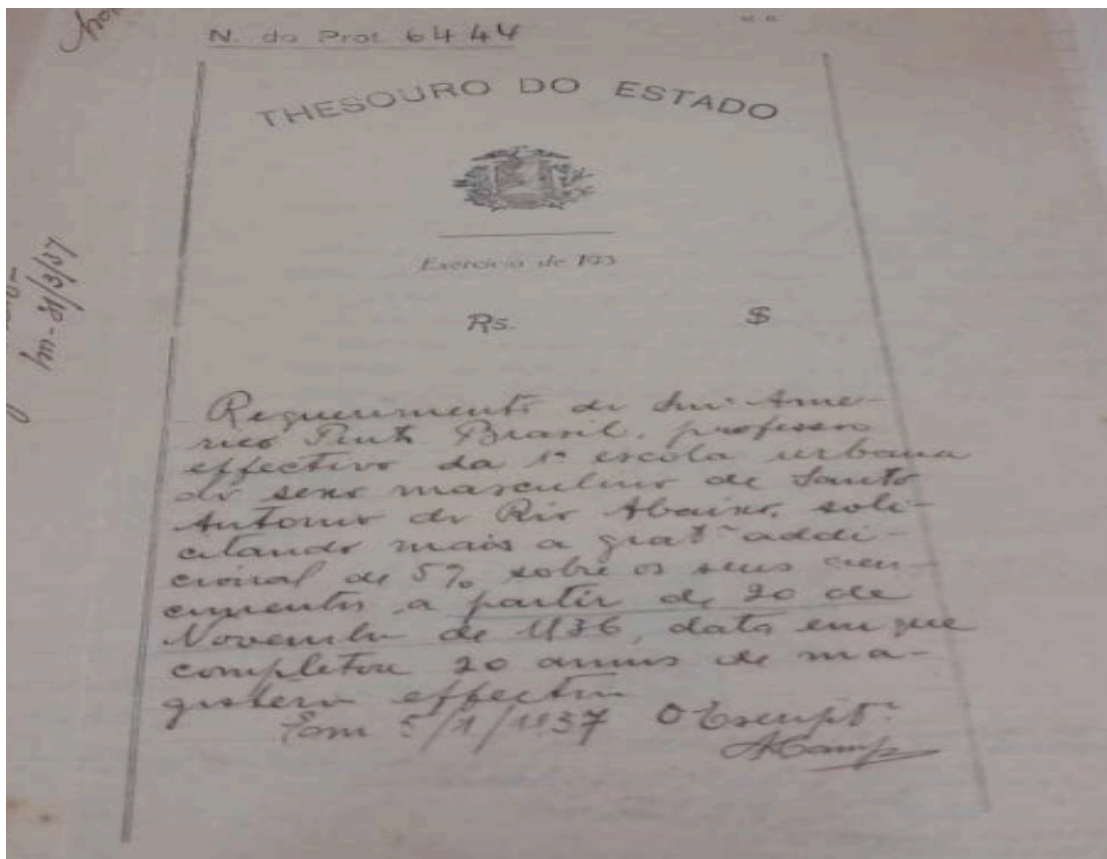
Fonte: APMT (1937).

Outro fator que chama atenção, esta na permanência dos homens nos cargos do magistério primário, não somente pelo fator econômico mais também social. A Masculinidade hegemônica do período, promovia benefícios tanto financeiros como de status sociais a homens, o governo ao pregar que as mulheres fossem destinadas os serviços apropriados a sua feminilidade como o cuidar e proteger, contribuir para o processo de inserção feminina no magistério primário uma vez que este espaço destinado as crianças esteve ligado ao ato do cuidar.

Foram encontrados documentos de professores homens realizando o pedido de aposentadoria, após mais de 30 anos de contribuição no serviço do magistério e requerimentos de aumento salarial devido a tempo de serviço alguns deles pedidos por contribuir a 20 anos e transferências tendo motivo as condições de saúde de professores homens que lecionavam a mais de 10 anos (Fotografia 2 e 3) Ao analisarmos esses documentos podemos verificar que professores homens fizeram carreira no magistério

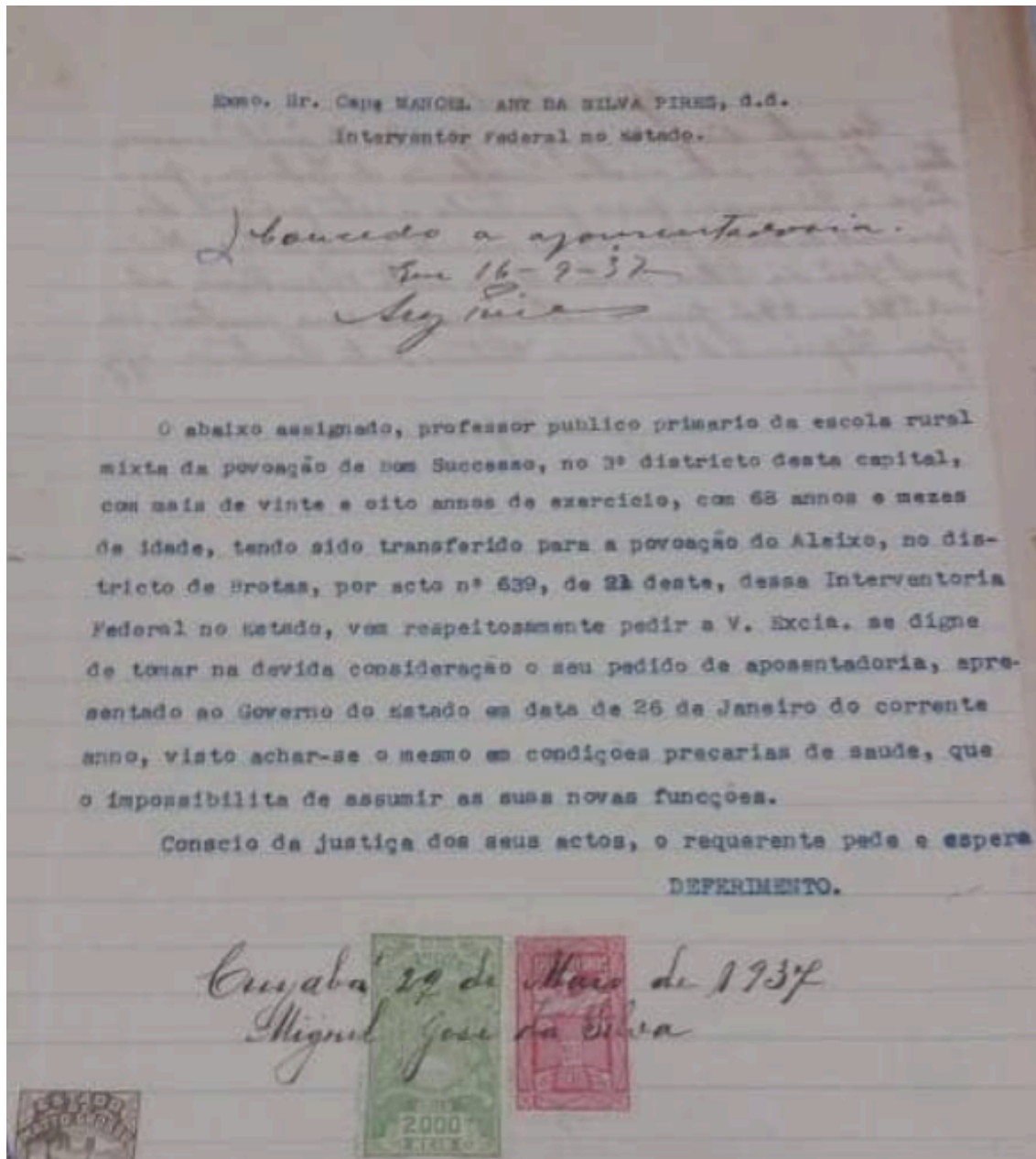
lecionando muito vezes exclusivamente no magistério primário, muitas pesquisas historiográficas chamam a atenção para o fato de que professores homens encontravam formas de se inserir no magistério primário em cargos das áreas administrativas, uma vez que os mesmo pertenciam ao grupo de homem que se encaixavam na masculinidade hegemônica. Como é caso da pesquisa da Pincinato (2007), a presença efetiva e carreira dos professores homens matogrossenses no magistério primário, apresenta outro elemento da Masculinidades subalternas produzidas por eles, o ato de cuidar ligado a figura masculina do professor homem primário.

Fotografia 2 - Requerimento sobre adicionais nos vencimentos do professor



Fonte: APMT (1937).

Fotografia 3 - Pedido de aposentadoria do professor Miguel José da Silva



Fonte: APMT (1937).

Uma masculinidade subalterna ligada ao cuidado, um cuidado que esteve direcionado tanto a organização escolar como a saúde e bem-estar dos meninos e meninas que frequentavam as escolas. Uma vez que as obrigações e deveres dos professores como vimos no capítulo dois era a supervisão das crianças, embora a Masculinidade hegemônica do período pregasse que os homens deveriam cuidar de suas família-nação, os professores homens primários exerciam um cuidar para além da supervisão das crianças, estes buscavam cuidar do bem estar físico e emocional de seus alunos, um cuidado que era atribuído a mulher

e sua natureza de cuidadora. Apresentando assim mais um característica das Masculinidades subalternas dos homens professores.

Como pode ser analisado na publicação de 1936, um texto de viagem no jornal a Penna Evangélica de número 435 onde o seu relator ao visitar a Povoação do Ribeirão Grande comunidade do Município de Rosário Oeste relata sua experiência ao entrar na escola do Professor Laudislau Rosas.

Hoje visitei a Escola pública desta povoação redigo pelo Sur. Ladislau Rosas, nosso irmão na fé Deus de logo, reparei que a escola funciona em um lugar especial. [...] Na escola de Ribeirão Grande, vi muitas crianças. Reparei que os assentos estavam todos ocupados meninos e meninas quasi todos magrinhos, tostados, criados no campo na roça, no rio, costumados a passar mal; salvos das garras da mortalidade infantil, graças ao sol a água boa e ao ar puro. E todos muitos atentos, carinhos espertos de olhos vivos e cheios de bregerice. Meninos e meninas na maioria paupérrimos ao ponto de estarem ali alguns deles vestidos a custa do professor. [...] Fiquei ali apreciando a boa letras dos alunos do Professor Laudislau. (JORNAL A PENNA EVANGÉLICA, 1939 p. 3)

Ao optarmos por analisar questões de gênero, como no caso aqui as masculinidades hegemônicas e subalternas, devemos considerar o sistema social, cultural, psicológico construído a partir de ideias, comportamentos, valores e atitudes relacionadas com o sexo masculino e também feminino. Conforme Schmidt (1994, p 32) essas categorias desempenham papéis na sociedade, no contexto do poder patriarcal, moldando realidades e processos de significação. Na busca completar esse entendimento na pesquisa foram encontradas na obra de (ROSA, 1990) marcas deixadas na identidade dos alunos e alunas dos professores homens primários do Estado, nesse trecho é possível encontram a narrativa de ex-alunos-alunas e suas experiências educativas escolares, com a lembrança de seus ex-professores

Minha primeira escola foi a do professor Laucídio Paes de Barros, um homem de muita personalidade, que não brincava em serviço. Não usava castigos físicos, mais sabia se impor, por uma autoridade interior. Era auxiliado por sua filha, Nair Paes de Barros. Mais tarde, estudei com o professor Gonçalo Nunes Cunha, que nos ensinou diversos hinos cívicos, na época cantados até nas festas familiares. As aulas eram dadas no quadro-negro, a gente tinha uma lousa para fazer os exercícios. A tabuada, era feita a mão, pelo professor. [...]A escola era monumento integrado de toda a sabedoria e comunicação da época, onde pontificava o professor primário, convicto de sua missão. Era ele o senhor da sala de aula (quase sempre uma única várias turmas que se revejavam) das festanças comemorativas, da comunidade. (ROSA, 1990 p. 182)

Meu primeiro professor chamava-se Caetano na escola primária de Rio Brillhante onde ingressei aos dez de anos. Entravamos na sala de aula e já começávamos a soletrar, tomava bolo de palmotória, piparote, ficava de joelhos sobre grãos de milho. Os castigos eram cruéis. Mais tarde estudei com o Sr. Anderson, um professor mais evoluído, pois castigos físicos não havia em sai escola. (ROSA, 1990 p. 106)

Percebe-se que as lembranças dos alunos sobre seus primeiros professores envolvem, lembrar de docentes que trabalhavam se dedicando ao ensino das áreas de linguagem e matemática e também a atividades cívicas. Integrante da vida comunitária das crianças. Suas lembranças enquanto alunos do ensino primário estavam ligadas a figura masculina de cuidado. Podemos perceber que as Masculinidades produzidas pelos homens professores primário de Mato Grosso, não se padronizaram com a demanda do mercado produzida pela Masculinidade hegemônica do homem do Estado Novo de Getúlio Vargas , uma vez que estes em suas masculinidades subalternas produziram adaptações e mudanças a identidade masculina hegemônica.

Adaptações e mudanças que não foram produzidas de forma coletiva e intencional com a proposta de fazer um grupo de oposição as determinações do governo, mais sim , foram produzidas nas configurações práticas (CONNELL, 2013) vivenciadas no Estado, por homens que optarem por exercer o magistério nas escolas primárias urbanas e rurais. Configurações práticas que foram vivenciadas junto a mulheres professoras pertencente ao quadro de funcionários do Estado, a alunos e alunas em idade escolar e as comunidades que estavam inseridos.

Não foram encontradas qualquer documentação que ligasse a figura do professor homem primário com características femininas, mais sim como pode ser percebido pela narrativa de ex-alunos a construção de uma figura masculina provedora do cuidado.

As Masculinidades subalternas produzidas, indicam que a identidade masculina desses professores estiveram ligado ao ato de ensinar e cuidar da escolarização de crianças, que os submetia a configurações práticas diferentes ao que se esperava de homem do Estado Novo, criando novas masculinidades subalternas individuais, cada professor ao exercer o magistério produzia em sua comunidade escolar, uma nova figura masculina do professor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de pesquisa os professores homens primários que lecionavam o magistério público em Mato Grosso (1937-1945). O caminho metodológico buscou responder a seguinte problemática: Quais as Masculinidades produzidas pelos Professores homens primários que exerciam suas funções no magistério público em Mato Grosso durante o Estado Novo?

Na busca por respostas foi necessário, realizar uma busca documental sobre os professores homens que fizeram carreira no magistério público primário e documentos que indicassem as configurações práticas (CONNELL, 2013) vivenciadas por homens e mulheres na produção das Masculinidades hegemônicas e subalternas dos homens no Estado Novo. Após localizarmos, documentados, separados, catalogados, foi necessário articula-los com a análises do referencial teórico escolhido, a Masculinidade.

Os estudos das Masculinidades articulado com as operações historiográficas ainda é um campo pouco explorado e o desenvolvimento dessa dissertação se mostrou um desafio. Ao entendermos a história enquanto ciência, reconstruída em diversas oportunidades à culturais (CHARTIER, 2010) buscamos responder com a historiografia, compreender a profissão docente do magistério primário sob o referencial das Masculinidades, entendendo-a como as configurações de práticas dessa relação de gênero vivenciadas por homens e mulheres. Durante o Estado Novo.

Nesse período homens e mulheres foram submetidos a traçar novas formas sociais para viver no país. Direcionadas pelo governo de Getúlio Vargas, com uma política de unificação e centralização, autoritarista que teve como objetivo ampliar o controle do governo federal e limitar o máximo possível as influencias das oligarquias regionais. O regime definiu novos padrões de convivência e conduta durante o período criando um modelo de homem ideal. Ligado ao trabalho, família e a urbanidade. Uma masculinidade hegemônico que desconsiderava qualquer forma de diversidade cultural dos costume e hábitos do homem brasileiro.

Os documentos evidenciaram que a presença dos professores homens no magistério primário matogrossense em vinte sete municípios. Proporcionam a produção simultânea de Masculinidades subalternas, graças as configurações práticas realizadas pelos professores, as crianças e a comunidade em que a escola estava inserida.

Diante do exposto é possível aceitar a existência de uma nova política de gênero para os homens com um novo estilo de pensamento, a História da Educação nos mostra que o

homem do Estado Novo, pode ser compreendido em suas diversas pluralidades, que não existiu apenas uma forma de ser masculino e que os professores homens que atuaram no magistério público primário matogrossense produziram suas próprias Masculinidades subalternas, criando uma nova figura masculina no Estado Novo, ligado ao cuidado e a escolarização de crianças.

Desconstruindo o discurso de que, os homens sempre estiveram em cargos e posições de liderança – administrativa, provendo que o estudo do passado, pode ajudar a responder e criar novas maneiras de compreender e ser homem. Buscamos com essa pesquisa contribuir para que a figura masculina também veja associada a múltiplas formas de viver, não apenas a aquela associada com o pensamento patriarcal. Não estou preocupado apenas com o passado. Estou preocupado com a forma como o passado é trazido para o presente para disciplinar e normalizar. (POPKEWITZ, 1994, p.208).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.
- ALMEIDA, M. M. . Inovações e recorrência do discurso historiográfico “oficial” no Rio Grande do Sul (1920-1935). **Cadernos de Estudos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS**, Porto Alegre, n. 3, 1987.
- BASTOS, M. H. C. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista de Ensino (1939-1942). **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 135-143, jan.1994.
- BATESON, G. **Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- BICA, A. C. A pesquisa em história da educação: caminhos, etapas e escolhas no trabalho do historiador. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul; UCS, 2012.
- BOTTON, F.B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. **Revista Vernáculo**, n. 19-20, p. 109-120, dez. 2007.
- BROD, H. (ed.). **The making of masculinites: the new men's studies**. Boston: Allen & Unwin, 1987.
- BUTLER, J. El gênero em disputa. **El feminismo y la subversión de la identidad**. Traducción Ma. Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2008
- BOURDIEU,P. A dominação masculina. Educação e realidade, Porto Alegre, v.2, n. 20, p 133-184, jul./dez. 1995.
- CORREA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 16, p. 13-30, 2011.
- CAPELATO, M. H: Propaganda politica e controle dos meios de comunicação. PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.
- CARRIGAN, T.; CONNELL, B.; LEE, J. Towards a new sociology of masculinity. **Theory and Society**, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985.
- CASTRO, T. P. V. **O direito à educação da infância rural do município de Cuiabá (1937 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

CARNEIRO, M. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, p. 70-82, abril, 1997

CERTEAU, M. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010.

CHAUNU, P. O filho da morta. *In: NORA, P. Ensaios de egohistória.* Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

CONNELL, R. W. **Gender and Power: society, the person and sexual politics.** Stanford: Stanford University Press, 1987.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul. 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, maio 2013.

D'ARAUJO, M. C. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COELHO, J.A. RESENHA: BATESON, Gregory. Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.1,n.1, p.223-228,2009

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-78, mar. 2011.

FURTADO, Alessandra Cristina; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SCHELBAUER, Anaete Regina. Escola Primária Rural: Caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). *In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho (Org.). História da Educação Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional.* Aracaju: Edise, 2015. p. 103-146

GOMES, A. C. Ideologia e trabalho no Estado Novo. *In: PANDOLFI, D. (org.). Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

GOMES, C. S. M.; SÁ, E. F. Formação e prática docente das professoras rurais em Mato Grosso (1930-1945). *In: ENCONTRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE*, 4., 2017, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UEMS, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

JANUÁRIO, S. B. **Masculinidades em (re)construção: gênero, corpo e publicidade.** Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016.

KAUFMAN, M. (ed.). **Beyond patriarchy**: essays by men on pleasure, power, and change. Nova York: Oxford University Press, 1987.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

KONRAD, G. V. R. Os trabalhadores e o estado Novo no Rio Grande do Sul: um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945). 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., Porto Alegre, 2015. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LEVIVE, R. M. **Pai dos pobres?**: o Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, A. M. N. A relação entre a autoria e a orientação no processo de elaboração de teses e dissertações. *In*: MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (org.). **A bússola do escrever**: desafios na orientação e no processo de escrever teses e dissertações. São Paulo: Cortez; UFSC, 2002. p. 45-66.

MACHADO, V.; SEFFNER, F. Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas. **História**, Franca, v. 32, n. 1, p. 354-376, jun. 2013.

MEDAGLIA, Marlene. **Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-riograndense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Dissertação (mestrado em sociologia) – IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

MALINOWSKI, B. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2003.

MATOS, M. I. S. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MENSAGEM de Getúlio Vargas. **Revista de Educação**, São Paulo, n. 29, p. 30-39, 1943.

MONARCHA, C. Notas sobre educação nacional na “Era Getuliana”. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 6, p. 57-68, out. 1999.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.

OLIVEIRA, B. Variações sobre povoamento e política demográfica. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

PARANHOS, A. Rasuras da história: samba, trabalho e Estado Novo no ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 7-30, 2017.

PINCINATO, D. A. V. **Homens e masculinidades na cultura do magistério: uma escolha pelo possível, um lugar para brilhar** (São Paulo, 1950-1989). 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, C. L.; SCHMIDT, S. P. (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 43-66.

PLECK, J. H. **The myth of masculinity**. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

POPKEWITZ, T. S. História do Currículo, Regulação Social e Poder. *In*: T. T. Silva (org.). **sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, p. 173-210, 1994.

PRADO, A. A. Os conceitos de homem e de educação no Brasil no período do Estado Novo (1937-1945). **Educação e Filosofia**, v.15, n. 30, p. 9-22, jul. 2001.

ROCHA, M. B. M. **Educação conformada: a política públicas de educação (1930-1945)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

ROSA, M. G. S. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: UFMS, 1990.

SÁ, E. F.; FURTADO, A. C. A educação mato-grossense no período de 1930- 1960.No prelo.

SÁ, E. F.; SÁ, N. P. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). *In*: SÁ, N. P.; SÁ, E. F. (org.). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. cap. 2.

SAFFIOTI, H. B. Posfácio: conceituando gênero. *In*: SAFFIOTI, H. I. B.;MUNHOZ-VARGAS, M. (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Brasília: UNICEF, 1994. p. 271-283.

SANTOS, A. V. A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico: vestígios na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 225, p. 511-527, maio 2009.

SCHOPENHAUER, A. **Sobre o fundamento da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCHWARTZMAN, S. A igreja e o Estado Novo: o estatuto da família. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p. 71-77, maio 1981.

SCHWARTZMAN, S. **Estado novo: um auto-retrato**. Brasília: UNB, 1982.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B; COSTA; V. M. R. **Tempos Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. 1995.

SILVA, L. V. C. A. **Na cadência das águas, no ritmo da política: a escola pública rural no município de Poconé – MT (1930 – 1945)**. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

SOARES, V. Movimento feminista Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 11-24, jan. 1994.

WELCH, C. A. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 81-105, abr. 2016.

WILKE, F. R. O mito da união nacional: a construção das "famílias brasileiras" na ditadura do estado novo. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 28-46, jul. 2017.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Ministério Educação e Saúde. Organização do Ensino Primário e Normal XVIII Estado de Mato Grosso. **Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Boletim**, n. 22, 1942. Cuiabá: APMT, 1942. Livro 222.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1940**: Cuiabá. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

MATO GROSSO. Arquivo Público de Mato Grosso. **Recibo de vencimentos do Tesouro do Estado de Mato Grosso, município de Cuiabá**. Cuiabá: APMT, 1937a.

MATO GROSSO. Arquivo Público de Mato Grosso. **Regulamento da instrução pública primária**. Cuiabá: APMT, 1927.

MATO GROSSO. Arquivo Público de Mato Grosso. **Requerimento sobre adicionais nos vencimentos do professor**. Cuiabá: APMT, 1937b.

MATO GROSSO. Arquivo Público de Mato Grosso. **Solicitação de aposentadoria do professor Miguel José da Silva, município de Cuiabá**. Cuiabá: APMT, 1937c.

MATO GROSSO. **Relatório apresentado à Câmara Municipal da Capital pelo Tenente Coronel Avelino de Siqueira, Intendente Geral. Intendência Municipal de Cuiabá**. Cuiabá: Typographia Oficial, 1910.